



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 025

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 025ª SESSÃO ORDINÁRIA | 02 |
| Lista de presenças..... | 02 |
| Expediente..... | 02 |
| Requerimentos | 02 |
| Considerações do Sr. Presidente | 03 |
| Pronunciamentos | 03 |
| Dr. Sérgio Botto de Lacerda..... | 03 |
| Dr. Assis Correia..... | 07 |
| Dr. Rubens Ghilardi | 09 |
| Dr. Ronald Ravedutti | 09 |
| Interpelações | 11 |
| Dep. Neivo Beraldin | 12 |
| Dep. Valdir Rossoni | 13 |
| Dep. Elza Correia..... | 17 |
| Dep. Durval Amaral..... | 18 |
| Dep. André Vargas | 21 |
| Ordem do Dia | 25 |
| Discussão/Votação | 25 |
| Requerimentos | 25 |
| Ordem do dia da próxima Sessão | 25 |

025ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE ABRIL DE 2005**

terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e
Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura,

Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Deputados: Elio Rusch, Ângelo Vanhoni, Cesar Seleme, Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (09)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 796**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a votação em bloco das emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação das emendas de plenário nºs 01 e 02 de autoria da Liderança da Oposição ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da emenda de plenário nº 02 de autoria da Liderança da Oposição ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.04.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e BARBOSA NETO.

Considerações do Sr. Presidente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento do Deputado Dobrandino da Silva, Líder do Governo, aprovado no dia 4 de abril do corrente ano, está requerido o Horário do Pequeno e do Grande Expedientes da Sessão de hoje para o Sr. Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

O Dr. Sérgio terá trinta minutos e, logo a seguir os Srs. Deputados poderão fazer-lhe interpelações, devendo se inscrever previamente junto à Mesa.

Temos a honra de receber, também, o Presidente da COPEL, Dr. Rubens Ghilardi, em nome de quem saudamos os Diretores da COPEL, que nos honram com a sua visita na tarde de hoje.

Pronunciamentos:

Com a palavra o Procurador Geral, Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Sr. Sérgio Botto de Lacerda (Procurador Geral do Estado)

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A partir do comparecimento nesta Casa, do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, há aproximadamente vinte dias, recebi da Mesa da Assembléia Legislativa um Pedido de Informações bastante genérico, versando sobre solicitação, informações a respeito de denúncias que Procuradores do Estado haviam formulado ao meu gabinete.

Por considerar bastante genérico o pedido de informações e também porque acompanhei até um determinado momento pela televisão a preleção do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, considerei indispensável me colocar à disposição da Assembléia Legislativa para esclarecer alguns tópicos das queixas que o referido Procurador veio aqui formular.

Anotei ao Sr. Presidente, em data de ontem, que não compareceria aqui na condição de fazer a defesa do Governo do Estado ou de acusações que teriam sido formuladas pelo Procurador, porque não é do meu conhecimento que ele tenha formulado denúncias a esta Casa de Leis.

Acompanhei manifestações inclusive dos Deputados da Oposição, principalmente do Deputado Rossoni que se manifestava bastante desapontado com o comparecimento aqui do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, e me senti na obrigação ao mesmo tempo, na medida em que, apesar de não ter havido alguma denúncia, houve muita insinuação quanto à existência de irregularidades no Governo do Estado. Me senti na obrigação de desfazer esta idéia que maliciosamente foi posta por ele, não se sabe a que título e com que propósito.

No dia em que o Dr. Luiz Henrique Bonaterra compareceu à Assembléia Legislativa, dele recebi um ofício pelo qual sugeria a indicação de um observador para a sua manifestação. Disse-me nesse ofício que teria sido ele convocado pela Assembléia Legislativa para relatar situações por ele declinadas numa reunião do Partido dos Trabalhadores ao qual ele é filiado e que tiveram repercussão pela imprensa de que teria sido convocado a aqui comparecer.

A resposta em despacho escrito e comunicado a ele antes mesmo do seu comparecimento, foi no sentido de que eu não considerava a sua participação aqui na Assembléia Legislativa como convocado, já que, na forma da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Casa, convocado é Secretário de Estado e Chefe de Órgão do Estado, mas ele estava livre como cidadão que é, como militante de partido político que é, para aqui comparecer sob sua exclusiva responsabilidade, falar o que bem lhe aprouvesse, evidentemente, que nunca para falar em nome da Procuradoria Geral do Estado, fosse isso no plano político ou jurídico. Considerei desnecessária a indicação de um observador.

A posição que causa bastante perplexidade, com relação ao comparecimento do Dr. Bonaterra a esta Assembléia, decorre de propaladas denúncias que ele teria a fazer a respeito de inúmeras irregularidades na gestão da coisa pública, às quais entretanto ele não declinou. Tratei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de elencar sinteticamente, situações que foram por ele, objeto de insinuações, para tentar esclarecer algo a respeito disso e fazer com que nada fique sob desconfiança ou sob algum tipo de censura, pelo desconhecimento.

O primeiro tópico que eu elenco para dar início a esta exposição que pretendo fazer a V. Exas., relaciona-se à questão dos transportes, das concessões para o transporte intermunicipal, Lei Estadual, Lei Complementar 95, votada nesta Casa, que modificou parte da Lei Complementar 94, tratou de instituir as agências no Estado do Paraná. Um dispositivo seu, precisamente, o artigo 43, versava a prorrogação de prazos de concessões feitas no passado. Este dispositivo - a lei é de 2000 - sofreu o veto do ex-Governador Jaime Lerner, veto este que foi derrubado pela Assembléia Legislativa, dando início, a partir mesmo de 2002, a uma solicitação formulada então pelo ex-Governador Jaime Lerner, no estudo, no ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre o dispositivo contido no artigo 43 desta referida lei. Esse processo tramitou na Procuradoria do Estado, em dezembro de 2002, foi distribuído ao Dr. Bonaterra, que formulou um parecer em novembro de 2003, aproximadamente um ano após ter sido instado a se manifestar pelo seu chefe imediato, que o incumbia deste estudo.

Antes de novembro de 2003, em maio de 2003, por provocação do Tribunal de Contas do Paraná - inspetoria do Dr. Argileu -, a Procuradoria já havia se manifestado em parecer da lavra da Dra. Leila, por mim aprovado em maio de 2003, versando exatamente sobre esse tema suscitado pelo Dr. Bonaterra. Naquele parecer - que foi encaminhado ao DER para providência - se disciplinou no plano jurídico como deveria proceder a Secretaria dos Transportes, mais especificamente o DER, porque inconstitucional o dispositivo de lei prorrogou o prazo de concessões, assim reconhecido pela autora do parecer e por mim.

Na medida em que aprovem deveria o DER inicialmente dar início ao Plano Diretor do Transporte Coletivo Intermunicipal. E isso se iniciou com a lentidão que o DER hoje enfrenta, já que foi desmantelado pelo Governo anterior, a partir da perspectiva de se tentar, em primeiro momento, elaborar um convênio com a FUNPAR, o que sofreu a crítica do Tribunal de Contas, quando já estavam praticamente encerradas as conversações em torno deste convênio. Abandonada a possibilidade de se contratar a FUNPAR para elaborar o plano diretor do transporte coletivo, deu-se início à discussão em torno dele, no âmbito de elaboração de edital de licitação para a contratação de empresa incumbida de elaborar o plano diretor, na forma recomendada no parecer que foi direcionado ao Departamento de Estradas de Roda-

gens. Esse processo licitatório tramita; está na CELEPAR, na medida em que houver uma discussão muito grande em torno da necessidade da utilização de equipamentos de informática; o edital foi feito e refeito e está na iminência de ser lançado pelo atual Governo.

O parecer de novembro de 2003 do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, portanto, não apresentou nada de novo e não foi objeto de análise mais acurada ou de aprovação de minha parte, primeiro porque continha um recheio extremamente carregado de críticas a esta Casa de Leis, ao Governo Federal, às gestões anteriores, parecer que na minha visão de superior hierárquico do Procurador - sequer foi submetido ao seu chefe imediato o parecer - um parecer que na minha avaliação não só não apresentava alguma novidade, porque a questão nele versada fundamentalmente já estava resolvida, mas um parecer que propunha medidas criminais, medidas de insinuações que a Assembléia Legislativa teria dolosamente modificado o número de uma Lei Federal descrito no artigo 43 dessa lei, inquinada com o propósito de dificultar a descoberta da inconstitucionalidade daquela regra. Parecer com conteúdo altamente político e que se perdeu, sem dúvida alguma, no plano técnico. Seu conteúdo técnico nada acrescenta ao parecer de maio de 2003, por isso até hoje não foi aprovado por mim, por ser despidendo, parecer inútil e que deveria inclusive ter sido arquivado e nem ter sido distribuído, na medida em que, quando foi, o assunto já estava resolvido pela análise dessa questão por outro estudo formulado por outra Procuradoria.

O sensacionalismo que se tentou fazer em torno da situação não traz alguma novidade. No passado essa questão já foi discutida pelo Estado do Paraná, na época em que era Governador o hoje Senador Álvaro Dias, quando a Procuradoria Geral do Estado, na pessoa do Dr. Rogério Distéfano, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, versando exatamente sobre a mesma questão, ação essa que mereceu uma decisão liminar para que se suspendessem os efeitos de lei que havia, naquele momento, prorrogado o prazo de concessões.

Não há nada de anormal, portanto, nesta “descoberta de pólvora” feita pelo Procurador Luiz Henrique Bonaterra. O assunto por ele levantado já era antigo, já havia sido enfrentado, já estava sendo solucionado e a Ação Direta de Inconstitucionalidade, que não revelava urgência alguma, será ajuizada, sim, por determinação do Governador, não mediante a utilização da minuta elaborada pelo Dr. Luiz Henrique Bonaterra, porque ela retrata críticas, acusações. E eu não subscreverei petição desse nível. Ação Direta de Inconstitucionalidade deve ser técnica, deve versar sobre ataques a aspectos materiais da inconstitucionalidade detectada, ou aspectos formais. Portanto, essa questão não demanda maiores indagações, não envolve irregularidade alguma, como se pretendeu aqui estabelecer.

A outra questão abordada na preleção do Dr. Bonaterra, diz respeito a pretensas irregularidades que esta-

riam sendo praticadas no âmbito do CEASA pela compra sem licitações de produtos perecíveis ou aqueles integrantes da cesta-básica que compõem os programas sociais. Essa questão, posta maliciosamente pelo referido Procurador, foi por ele próprio analisada por meio de parecer por mim aprovado em resposta à consulta formulada pelo CEASA. Em determinado momento, se bem me recorde, em dezembro de 2004, o Tribunal de Contas houve por bem, através de uma inspetoria sua, impugnar a validade de uma resolução daquela Corte, do Pleno daquela Corte. Em 1991, o Pleno do Tribunal de Contas editou resolução que foi relatada pelo Conselheiro Quielse Crisóstomo, e em resposta, naquela época, à consulta formulada pelo CEASA, deliberou sobre a desnecessidade da realização de processo de licitação para a compra de produtos perecíveis.

Instado o Tribunal de Contas a se pronunciar por provocação formulada pela inspetoria, não me lembro qual o número da inspetoria, a Presidente do CEASA formulou também consulta à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria do Tribunal de Contas. Parecer da lavra do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, que apurou tecnicamente essa questão e com bastante acuidade, inclusive entendeu por concluir que, apesar de passível de alguma crítica, de algum questionamento, o CEASA, adquirir ou realizar suas compras sem licitação, enquanto em vigor a resolução do Tribunal de Contas, está o CEASA amparado a assim proceder.

Na sequência desse parecer de sua autoria e que foi por mim aprovado em 10 de janeiro de 2005, o Tribunal de Contas, pelo seu Ministério Público, em resposta à consulta idêntica formulada pelo CEASA, chega à mesma conclusão no sentido de que se deve consolidar o presente posicionamento, rejeitando a formulação da inspetoria no sentido de que a resolução de 1991 deveria ser revogada. Parecer do Procurador Geral do Tribunal de Contas, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é de 20 de janeiro de 2005. E essa questão se resume apenas a divergência de entendimento entre a 2ª Inspetoria, o Pleno do Tribunal de Contas. Portanto, o CEASA age devidamente amparado por parecer daquele que veio aqui insinuar que aquela sociedade de economia mista estaria fraudando a lei de licitações e age também amparado não só na Resolução de 1991, que ainda está em vigor, expedida pelo Pleno do Tribunal de Contas, como também por este Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Outra questão que se apresentou aqui aos Srs. Deputados foi a de que se estaria realizando aquisições de materiais laboratoriais em fraude da lei. Estaria o Governo atual burlando a lei de licitações, adquirindo materiais laboratoriais de maneira equivocada, agindo com despreparo e foi o que eu ouvi dessa postura aqui apresentada pelo então Procurador.

Minha perplexidade em torno deste assunto para mim é e cada vez será maior na medida em que os senhores acompanhem a minha exposição.

Esta questão foi objeto também de uma consulta formulada pelo Governador à Procuradoria Geral do Estado quando da análise acerca da homologação ou não de licitação levada a efeito pela Secretaria de Administração e pelo Departamento de Administração de Materiais. O Governador ao receber o processo licitatório, analisando-o, solicitou manifestação prévia da Procuradoria que entendeu, em parecer da lavra do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, em anular o processo licitatório, porque eivado de equívocos, não propriamente de irregularidades, a crítica que se fez, evidentemente que para se anular licitação não é possível escolher algum fundamento por mero capricho, foi o de que a composição dos preços para compra de materiais, medicamentos ou materiais laboratoriais se encontrava equivocada. E as sugestões postas no parecer técnico do Dr. Bonaterra foram por mim acolhidas sim, isto também em abril de 2004, não só com relação a que a Secretaria de Administração devesse observar recomendações sobre comportamentos administrativos que não revelam, em hipótese alguma, irregularidades, mas meros equívocos, assim como a proposição de que a licitação fosse anulada por inteiro, o que foi acolhido pelo Governador Roberto Requião em maio de 2004, por despacho devidamente publicado neste processo.

Portanto, aqui não se consegue compreender também esta insinuação de que irregularidades estaria havendo nas compras de materiais listados. Pareceu-me aqui que o Procurador que falou aqui, não como cidadão, mas como Procurador, embora por mim desautorizado a fazê-lo, no plano jurídico, arvorou-se, na condição de alguém que, por alguma razão, tem as suas mágoas passadas, por alguma razão discorda de pessoas que integram o Governo e se sente desconfortável, se sente insatisfeito com relação a isto.

No plano jurídico, estritamente jurídico, jamais houve alguma divergência entre as posições, aquelas puramente técnicas postas por ele ou por qualquer Procurador e o Procurador Geral. Eu, em dois anos e quatro meses que estou à frente da Procuradoria Geral do Estado, rejeitei apenas um parecer, porque tentei convencer seu autor que a postura jurídica não era a correta; no meu modo de ver era um assunto relacionado à demissão de funcionários da Polícia Civil. Nestes dois anos e quatro meses jamais ocorreu alguma distonia, algum conflito, porque eu entendo que a Procuradoria Geral do Estado é, se não a única, uma das poucas instituições que se encontra absolutamente preservada em nível de moralidade e de retidão. A Procuradoria Geral do Estado jamais se prestou a servir Governos; serve o Estado do Paraná na defesa dos interesses públicos relevantes.

Outra questão posta pelo Dr. Bonaterra foi a de que teria ele formulado denúncias sobre irregularidades havidas no BADEP, as quais teriam sido desprezadas, engavetadas ou relegadas. Estranhamente em 1º de abril de 2004 um cidadão chamado Roberto Rocha, é um autor popular, bastante conhecido, remeteu ao Dr. Luiz Henri-

que Bonaterra uma denúncia, a ele, Dr. Luiz Henrique Bonaterra, ele como se fosse o ombudsman da Procuradoria Geral do Estado ou do Governo; tem Corregedor Geral inclusive hoje. Recebi do Dr. Luiz Henrique Bonaterra uma representação na qual ele repete a denúncia formulada pelo cidadão Roberto Rocha e pede providências. Isso foi em abril de 2004, no dia 15 de abril, despachado por mim no dia 16 de abril. Determinei a remessa desse documento ao BADEP a fim de que o liquidante daquela instituição, advogado Pedro Henrique Xavier, dela tomasse conhecimento e se manifestasse. A denúncia versa sobre negociações feitas na gestão anterior, algumas em 97, em 98 e outra em 2002, envolvendo dívidas do BADEP relacionadas a três empresas. Segundo a denúncia teria havido irregularidade nestas negociações, os débitos teriam sido diminuídos, drasticamente, em detrimento da coisa pública e em benefício desses devedores. O que me coube fazer foi remeter ao BADEP, foi o que fiz.

Verifico, em data de ontem, que o BADEP seu liquidante, havia recebido este mesmo expediente, despachado à sua assessoria jurídica, que somente em 8 de abril emitiu alguma manifestação, no sentido de, de fato, instrui esta denúncia com documentos, propor o encaminhamento destes documentos e do protocolado ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual.

Portanto, aqui, a falta de explicação, a precipitação e a leviandade também predominaram no sentido de que, se alguém teria se omitido, alguém teria feito alguma negociata no BADEP e estaríamos nós aqui a encobrir esta situação. Nada houve aqui também de irregular. A denúncia foi recebida, os fatos estão apurados, hoje estão instrumentalizados. É evidente que não precisava o BADEP ter demorado praticamente um ano para responder isso, mas disse-me o liquidante que a responsabilidade pela demora é de sua assessoria jurídica que admite isto no relatório que me encaminhou na segunda-feira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A questão que parece talvez a mais nebulosa, porque assim posta pelo Dr. Luiz Henrique Bonaterra diz respeito à COPEL e CIEN. Expus ao Presidente desta Casa que a manifestação em torno desta questão se dividirá em três partes. Pretendo, aqui relatar o que ocorreu com relação a esse assunto a nível de Procuradoria Geral do Estado.

O Diretor Jurídico da COPEL, Dr. Assis Correia, exporá essa questão, a interpretação dela no âmbito da COPEL. E o então Diretor Financeiro, hoje Diretor de Participações, Dr. Ronald, exporá o que era e o que é o contrato da CIEN, hoje, mas essa questão nasce na Procuradoria Geral do Estado da seguinte forma: Em 2001 uma ação popular intentada por um ex-funcionário da COPEL, chamado Maximiliano, sustenta que o contrato celebrado entre a COPEL e a CIEN conteria algumas irregularidades. Naquele momento, em 2001, o Estado do Paraná ao se manifestar em torno do Pedido de Liminar formulado pelo autor popular, e vivia o Estado do Paraná

aquela grande discussão, aquele momento em torno da perspectiva de se alienar a COPEL, que estava sendo leiloadada com autorização desta Casa de Leis. Coube à Procuradoria naquele momento, na pessoa do Dr. José Anacleto A. Santos, se manifestar impugnando o pedido de liminar formulado pelo então autor popular. A impugnação, bastante técnica, versou sobre o primeiro aspecto de que ao contrário do que alegava o autor popular, houve, sim, licitação na ANEEL para a celebração daquele contrato. O pedido de liminar foi indeferido. Com a mudança do Governo, com o encerramento daquela discussão em torno da venda da COPEL, os autos dessa ação popular permaneceram adormecendo na 8ª Vara Federal de Curitiba. Em 2003 este processo voltou a tramitar, ocasião em que o Estado do Paraná, aí, sim, foi citado, para manifestar-se nesse feito, contestando a ação ou não. Ao receber a citação da Justiça Federal, despachei o expediente nos seguintes termos: “Encaminhei o processo para a Procuradoria Administrativa com a recomendação preliminar de que o Estado do Paraná litigasse no pólo ativo da ação”. Sugerir consulta ao Dr. Assis Correia, Diretor Jurídico da COPEL, a fim de as defesas serem alinhadas; a COPEL também era ré naquela ação ajuizada em 2001, e voltou a tramitar somente em outubro de 2003.

Até hoje todos os réus dessa ação popular não foram citados. Foi incumbido de patrocinar a defesa dos interesses do Estado do Paraná, nesta ação popular, o Dr. Luiz Henrique Bonaterra, por distribuição que lhe foi feita pelo seu chefe. Em novembro mesmo, de 2003, o Estado do Paraná, em requerimento assinado por mim, pelo procurador aqui referido, propôs que se aguardasse por mais algum tempo a sua manifestação, porque havia necessidade de aprofundar um exame, complexo, pelos técnicos e dirigentes, da COPEL e, bem assim, porque paralelamente há um processo de negociação com a empresa contratada com relação ao destino a ser dado aos ajustes.

Consultas inúmeras, visitas inúmeras ocorreram, foram feitas, pelo Procurador à COPEL, que serão objeto de relatório, de exposição detalhada, pelo Dr. Assis Correia, porque dessas reuniões, eu não participei de nenhuma.

Mas, surpreendentemente, volta à tona o Dr. Luiz Henrique Bonaterra, naquele momento em 12 de dezembro de 2003, ele que havia incumbido de elaborar a defesa do Estado do Paraná, naqueles moldes por mim determinados, ou seja, deveria discutir a questão com a COPEL, deveria se reportar a mim, previamente, sobre se o Estado deveria ou não integrar o Pólo Ativo naquela ação.

Em 12 de dezembro de 2003, foi a data, dois dias após a celebração da renegociação feita entre a COPEL e a CIEN. E o Parecer do Dr. Bonaterra propunha situações que geraram para mim, naquele momento alguma perplexidade. Dizia o parecer enfaticamente que:

“Não se deveria ter feito alguma renegociação, porque o contrato originário era nulo de pleno direito, porque havido sem licitação”.

Esta sua manifestação contundente, evidentemente gerou na minha pessoa bastante perplexidade, não só porque ela destoou da manifestação daquele Procurador, que originalmente se manifestou nos Autos da Ação Popular, e, lá, referiu que houve licitação na ANEEL, sim.

Mas, sem que tivéssemos ido ver nos Autos da Ação Popular alguma referência, convoquei ao meu gabinete o Dr. Assis Correia, e dele pedi esclarecimentos sobre isso. Porque duas coisas têm que ser postas, aqui com bastante clareza. A primeira idéia é de que: “Licitação deve haver, sim, quando da celebração do contrato originário, pela ANEEL.”

Licitação é dispensável. Na época, não vigorava esse modelo atual, que impõe que a compra de energia seja feita em leilões, na época à luz da lei de licitações, a compra de energia não demanda processo licitatório como lá está expresso.

Mas, a assertiva dele era genérica, no sentido que o contrato originário era nulo, porque licitação não teria sido feita. Chamei o Diretor Jurídico da COPEL, dele pedi diligências, que demandaram sem dúvida alguma grande dificuldade e longo tempo, quando somente em janeiro de 2005 recebo do Dr. Assis Correia a cópia integral do processo licitatório realizado no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Encaminhei a documentação ao Dr. Luiz Henrique Bonaterra, à medida em que sua postura combatente, incisivo daquele contrato, posta assim no seu Parecer, estava, a meu juízo, capenga, na medida em que licitação houve, sim. Dele pedi nova manifestação, determinando-lhe que se abstinhasse de elaborar elocubrações de conteúdo político e analisasse essa questão apenas sob o plano jurídico, como é o papel de um advogado, principalmente de um advogado público.

Ao invés de isto ter sido respondido ao gabinete do Procurador Geral, a resposta foi trazida a esta Casa de Leis, não mais sob o pálio de que o contrato seria nulo, porque nada mais se falou a respeito disto, mas sob o argumento precipitado, falso mais uma vez, de que a COPEL mal negociou seu contrato, de que a COPEL prejudicou os interesses dos paranaenses e prejudicou-se ao ter renegociado o contrato.

Esta manifestação, além de não ter sido solicitada ao Procurador do Estado, Luiz Henrique Bonaterra, que tem a liberdade que qualquer advogado tem, qualquer Procurador do Estado tem, qualquer cidadão tem, de fazer críticas, desde que preserve a ética, desde que saiba do que está falando, e desde que não as faça com propósitos de mera satisfação pessoal ou de mera promoção pessoal, também. A discussão se situou em perspectiva de que o preço da energia elétrica renegociado teria sido lesivo aos interesses da COPEL.

Sobre esta questão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, discorrerá a área técnica da COPEL, a diretoria hoje,

de Participações, mas na época era preenchida pelo Dr. Ronald Ravedutti, que era o Diretor Financeiro daquela Casa. E estas questões serão claramente expostas a V. Exas. para mais uma vez deixar claro que nada há de irregular e de que tudo não passou, verdadeiramente, de uma insinuação formulada, não sei com que fim.

Sr. Presidente, eu encerro por aqui, destacando a V. Exa. que a exposição continuará pela palavra do Dr. Assis Correia e após, pelos técnicos da COPEL. Me disponho a responder eventuais perguntas que devem ser formuladas, não sei se já ou depois.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Inicialmente vamos ouvir já abrimos as inscrições para os senhores parlamentares a manifestações do Dr. Assis Correia; posteriormente, do Dr. Ronald Ravedutti e depois, os Deputados.

Estão inscritos os seguintes Deputados: Neivo Beraldin, Valdir Rossoni, Elza Correia, Durval Amaral, Nereu Moura, Tadeu Veneri.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pode inscrever o Deputado Stica, também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Assis Correia.

Dr. Assis Correia (Diretor Jurídico da COPEL)

O SR. ASSIS CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É de conhecimento de todos os paranaenses, que foram renegociados dois contratos entre COPEL e CIEN, que haviam sido celebrados em 1999, sendo quatrocentos MW cada um. Um total de oitocentos MW importado da Argentina.

A atual administração, não podendo arcar com os pagamentos, pleiteou junto à CIEN que fosse feita uma renegociação, restabelecendo um equilíbrio econômico-financeiro capaz de transformar o contrato em um que pudesse atender o equilíbrio e os interesses das duas partes.

Foram meses de diálogo após a reação da CIEN, que se recusava a qualquer entendimento.

Num tempo determinado, as bases econômicas do acordo já estavam bem definidas pela equipe da COPEL e CIEN. A equipe da COPEL envolvia um número grande de funcionários, e atuando em todas as questões a respeito do contrato. Inclusive as cláusulas econômicas.

Num determinado dia solicitou-me o Superintendente da COPEL, Dr. Damaceno, que o recebesse em companhia do Dr. Luiz Henrique Bonaterra, que tinha algumas ponderações a fazer a respeito das negociações.

Eu recebi. Ele expôs o que estava pensando a respeito das negociações que ele vinha acompanhando em

todos os aspectos. Assim ele se apresentou na COPEL e assim foi tratado como Procurador representante do Procurador Geral.

Segundo ele, os contratos não poderiam ser renegociados, porque deveriam ter sido, em 1999, precedidos de concorrência pública. E essa falha, esse vício jurídico é insanável e renegociação nenhuma deveria ser travada.

Mesmo diante do argumento de que a lei federal dispensava licitação para compra e venda de energia, o Procurador insistiu na tese dizendo que essa dispensa era inconstitucional, por violar diversos princípios constitucionais que regem a administração pública. Ao seu ver a COPEL deveria imediatamente submeter os contratos ao crivo do Judiciário.

Nenhum argumento foi possível, mesmo quando se mostrou a ele os riscos de uma demanda, que os riscos do insucesso eram infinitamente maiores que as vantagens que poderiam ser obtidas com o sucesso.

Vejam os senhores, uma demanda como essa poderia ter três resultados possíveis.

Primeiro - a COPEL perde e tem que pagar a energia enquanto durou o contrato. Não só isso. Ele tem que adquirir no mercado os quatrocentos MW que ela precisa.

Segundo - a COPEL ganha parcialmente, mas não prova a má fé do outro contratante. A COPEL continua obrigada a indenizar, com base no artigo 59 da Lei nº 866. Só com a hipótese de a COPEL ganhar, conseguir a declaração da nulidade dos contratos, que para isso passava por uma declaração de constitucionalidade de uma lei, só nesta hipótese a COPEL se livraria de ter que arcar com os custos contratuais perante a CIEN.

O balanço energético da COPEL também foi mostrado para o Procurador. Apontava em 2003 diferentemente de 1999, quando a COPEL precisava, naquele momento, para atender à demanda do seu mercado de quatrocentos megawatts de energia, ou seja, um dos contratos da CIEN. Qual era a alternativa?

Ou compra da CIEN e faz-se um acordo que já estava renegociado na área econômica e pelos técnicos da COPEL ou se parte para o litígio, colocando sob a cabeça da COPEL um risco de ter que arcar com as consequências da perda de uma ação de bilhões de dólares, pagar multas enormes e ainda ter que comprar quatrocentos megawatts, porque o mercado exigia que a COPEL tivesse essa mercadoria disponível.

Nada disso adiantou. O Procurador insistia que os princípios jurídicos perpassavam as questões econômicas e que isso era irrelevante juridicamente. A nulidade apontada por falta de licitação não era suprável, mas o Procurador saiu dessa reunião com uma certa dúvida, porque ele não sabia que a Lei nº 866 dispensava a licitação de energia elétrica.

O tempo passou. O procurador voltou a insistir que se a lei dispensava a licitação na compra de energia elétrica de concessionárias entre agentes autorizados, a CIEN estava operando irregularmente no Brasil, porque havia emitido junto à ANEEL uma autorização que não

tinha sido precedida de licitação e estava alavancando bilhões e bilhões de reais em negócios com base numa autorização que não atendia à lei federal. Foi mostrado a ele, embora não tivéssemos ainda os documentos, que essa licitação tinha sido feita. Aí vem o terceiro argumento: “mas essa licitação não foi precedida de audiência pública”! Pior que foi! Foi precedida de audiência pública em 90/96 e mais: para compra e venda de energia, evidentemente que, se dispensa licitação, não se exige audiência pública prévia.

Há dezenas e dezenas, centenas, talvez, de contratos de compra e venda de energia no País, celebrados por sociedades de economia mista estatais e federais e em nenhum deles se cogitou de audiência prévia - se me trouxer um aqui, eu dou a mão à palmatória. Enfim, estávamos numa situação em que, ou renegociávamos ou colocávamos a COPEL nas mãos do imponderável. Evidentemente que isso não autoriza a fazer um acordo que não fosse adequado, que não fosse bom para a COPEL, mas a questão comercial vai ser a seguir abordada pelo Dr. Ronald.

O Procurador levantava uma outra questão: “é preciso ir à busca do passado. Houve superfaturamento desde 1999”. Muito bem, fornecimento da energia, de fato começou em 2002; em maio temos um contrato, em agosto outro, mas em relação ao passado, temos que considerar que a COPEL não dispunha da possibilidade de fazer um acordo parcial, aquilo que quisesse fazer acordo e discutir o restante, demandar o restante em juízo. Ou era o acordo ou era o litígio. O que era o argumento, que era fundamentação para ir à busca do passado?

É a de que o preço até 2002 tinha sido corrigido com base no dólar americano e essa correção era nula e inaplicável no caso daquele contrato. Ora, em Direito é preciso atentar às peculiaridades de cada caso. Ao contrário do que diz o Procurador, não está no contrato preliminar o índice de reajuste IGPM. Li e reli. O critério de reajuste está na concorrência, no edital de concorrência da ANEEL. Estabelece como sendo ou IGPM ou dólar.

Em que situação estava o contrato, então? Nós tínhamos um contrato de importação de energia autorizado pela ANEEL, a respeito do qual não há proibição legal para reajuste em dólar. Nós tínhamos à mão um edital de licitação com o qual a contratada participou de boa fé, que previa o reajuste em dólar. No contrato definitivo de 1999 se previa também reajuste em dólar.

Nós estávamos naquele momento da negociação obtendo uma redução substancial dos valores contratuais de bilhões e bilhões de reais.

A repercussão, no passado, dessa aplicação da cláusula, tinha se consolidado. A jurisprudência e a doutrina dizendo claramente que uma vez que o contrato seja legal, jurídico, a administração não pode, sob pena de imoralidade administrativa, deduzir pretensão de receber de volta o que já havia pago. Enfim, a renegociação se impunha de maneira a que aquilo que fosse possível obter de vantagem e a COPEL obteve de uma maneira extraor-

dinária a renegociação desse contrato e ao mesmo tempo fazer também algumas concessões quando necessárias. O que se fez? Aceitou-se o reajuste. Segundo o contrato anterior, inicial, que não era ilegal, reduziu-se à metade a quantidade de energia negociada, até porque a outra metade era desnecessária e dali para a frente adotou-se índices fixados pela ANEEL.

Em relação ao passado, ambos se deram quitações recíprocas. Em relação ao futuro, o contrato hoje é integralmente feito de acordo com as exigências da ANEEL e com a lei brasileira e de acordo com a conveniência da COPEL.

Devolvo a palavra então ao Sr. Presidente, para que haja o encaminhamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado. Gostaria de passar a palavra ao Dr. Rubens Ghilardi.

Sr. Rubens Ghilardi (Presidente da COPEL)

O SR. RUBENS GHILARDI

Na continuidade da apresentação, Dr. Ronald Ravedutti vai falar sobre a negociação das bases financeiras do contrato, nosso diretor de distribuição.

Sr. Ronald Ravedutti (Diretor da COPEL)

O SR. RONALD RAVEDUTTI

Srs. Deputados, autoridades, senhoras e senhores, muito boa-tarde.

Antes, acho importante fazer um breve histórico a respeito desses contratos, vistos as confusões que ocorreram no entendimento desde o início das negociações. É muito importante entender algumas coisas antes de iniciarmos o esclarecimento.

Primeiro, este não é um contrato feito por esta gestão. Nós da COPEL não fizemos esse contrato no ano de 2003. Não contratamos qualquer energia nesse ano de 2003. Nós tentamos e conseguimos renegociar um contrato muito prejudicial à COPEL e aos interesses do Estado do Paraná.

Em segundo lugar, foi a transparência que se procurou dar em todos os passos desta negociação. O Dr. Assis já adiantou e eu gostaria de reforçar, que mais de trinta técnicos participaram da renegociação desse contrato. De modo que temos absoluta segurança e tranquilidade de poder afirmar que este contrato foi uma renegociação muito boa para a COPEL, como vai ser mostrado daqui por diante.

Em maio de 1997, foi publicado o edital de licitação promovido por Furnas, para importação de energia. É muito importante destacar que desde maio de 1977, esse

edital continha cláusula de variação cambial. Em 09/1997 a COPEL assinou um contrato preliminar com a CIEN, com base nessa licitação e com preço limitado a 34 reais/megawatt. Não era o preço de 34 reais que foi assinado; era um preço-teto para a assinatura desse contrato. Em seguida, em 07/10, a licitação teve o preço máximo de 32,11, com base de setembro, que atualizado pelo câmbio, que era objeto da licitação do edital de 05/97, chegava-se a um valor de 35 reais e 37 centavos. Através da resolução da ANEEL, de 1998, a COPEL e CIEN receberam autorização para negociar e importar energia com a COPEL. Em 1999, foram assinados dois contratos com a COPEL e a CIEN, com base no dólar de dezembro de 98, no câmbio a 1,20 aonde se chegou através de uma negociação não a 35 reais e 35 centavos, como era o valor de 32,11, vencedor da licitação corrigida até essa data, mas sim a um câmbio de 34,35, que foi certamente um valor negociado com os diretores na época. Em 13/12/1999 foi assinado também um acordo marco.

Primeiro, esse acordo é muito importante se entender, que foram previstos nesse acordo que qualquer que fosse o destino da COPEL, seria obrigatório mesmo que privatizada, que o comprador da COPEL assumisse esses contratos.

Foi, senhoras e senhores, graças a essa cláusula, que a COPEL não foi privatizada. Tão ruim, tão mal fazia esse contrato à COPEL, que por causa dessa cláusula, do acordo macro em que obrigava o comprador a aderir também as regras desse contrato, que a COPEL não foi privatizada. Não tivesse essa cláusula, não tivesse esse contrato, a COPEL deixaria de ser estatal; passaria a ser uma empresa privada, como muitos aqui desejariam e o Paraná não teria hoje a menor tarifa de energia elétrica do Brasil. Certamente nós estaríamos entre as maiores tarifas e com uma empresa em uma situação bem pior do que a COPEL está hoje, porque assumimos a COPEL em uma situação caótica, praticamente quebrada, em 31/12/02, com uma situação da nossa infra-estrutura totalmente desleixada, sem manutenção, preparada para a privatização, com o pessoal reduzido pela metade. A cláusula desse contrato foi, sim, um objeto que não deixou a COPEL ser privatizada. Ainda tinha esse acordo de implementação do contrato, onde a COPEL não poderia ceder ou vender qualquer parte desse contrato, somente a sua totalidade poderia ser transferida, os oitocentos megawatts para qualquer outra empresa, com anuência da CIEN.

Garantias: a CIEN tinha uma procuração dada pela COPEL, para que acessasse todas as contas da COPEL, em caso de inadimplência, para poder se ressarcir dos valores lhes devidos. Este foi mais um absurdo da negociação que evitou a privatização da COPEL. O início do fornecimento de energia elétrica nos contratos, em 01/99 e 02/99, seguindo somente a partir de agosto de 2002. Quero deixar claro, aqui, que qualquer dívida que foi levantada e qualquer valor tido como superfaturamento, em 2000, 2001, 2002, não tem fundamento! A alegação é de alguém que sequer leu o contrato!

Somente em 24 de outubro de 2002, é que a COPEL, mesmo utilizando toda a energia desde maio de 2002, é que foi encaminhar à ANEEL para registro e homologação desse contrato. Então, isso é mais uma irregularidade que havia no contrato e que nós tivemos, certamente, que contornar e resolver o problema perante o poder concedente.

Em janeiro de 2003 o Governador Roberto Requião assume o Governo do Estado e imediatamente comunica à COPEL que deveria suspender os pagamentos, e foi o que nós fizemos com esse contrato da CIEN.

O impacto na manutenção desse contrato. Não é preciso dizer que a COPEL estaria praticamente quebrada em outubro e em março ou abril nós não teríamos sequer recursos para pagar a folha de pagamento, dado os danos que esse contrato, aliado ao contrato da UEG Araucária, estavam causando à COPEL.

O preço também foi um assunto bastante mencionado a respeito desse contrato. O preço máximo da licitação foi R\$32,11, de setembro de 97, que foi atualizado com variação cambial, chegando a R\$35,37. O preço do contrato preliminar, vinculado ao edital, foi limitado a R\$34,00 e não R\$34,45, exatamente, como disse.

O preço da assinatura do contrato, também corrigido pelo câmbio a base de dezembro, foi de R\$34,45. Portanto, menor que o R\$35,37, tivesse sido totalmente corrigido pelo câmbio, como previa o edital. Atualizado em dezembro de 2002, na época em que assumimos esse contrato, o preço era de R\$110,22, incluído aí o transporte de energia.

Antes da operação comercial. Para se calcular o preço do contrato não se pode, neste tipo de contrato, simplesmente utilizar a variação do IGPM de uma determinada data para atualizar até uma outra data. Esse contrato tinha várias cláusulas, são quase vinte páginas de cláusulas de reajuste, vinculados à variação cambial, estipulados desde 1999, com base no edital de 1997. Então, antes da operação havia um tipo e não vou colocar todas as fórmulas, mas para dar uma idéia aos Srs. Deputados e para aqueles que estão tendo a oportunidade de assistir e de acompanhar, que antes da operação comercial esse contrato era totalmente vinculado ao dólar, ao câmbio. Além de ser vinculado ao câmbio, ele tinha ainda um preço-teto e um preço mínimo, que conforme a variação do câmbio fosse aumentando, esse teto também ia, para acompanhar os preços do contrato.

Após a operação comercial, aí sim, a partir de maio de 2002 e agosto de 2002, quando cada um desses contratos entrou em operação, é que foi aplicado, além do dólar, o IGPM. E mais, para ser mais prejudicial ainda à COPEL, em resumo, o que podemos ver é que seria o maior entre os dois: quando o dólar estivesse maior, seria o dólar; quando o IGPM estivesse maior, seria o IGPM. De forma que a COPEL estava, sim, atrelada a um contrato extremamente oneroso para a empresa e para o Estado do Paraná. E, após a operação, os preços-tetos continuam também, se então aplicada a maior variação

entre o dólar e o IGPM. Isso, em resumo, é o que poderia mostrar para os senhores de um contrato que contém quase vinte páginas de reajuste de fórmulas.

Em 13 de agosto a COPEL e a CIEN assinam, então, um memorando. Após quase oito meses de negociação, mais de trinta técnicos envolvidos, assinamos o primeiro memorando de entendimento. Não assinamos nenhum contrato definitivo, mas um primeiro memorando de entendimento, que poderia, sim, ser alterado, como o foi em várias cláusulas. É bom que se diga que do memorando de entendimento ao aditivo contratual a COPEL não desembolsou um centavo a mais nessa operação. Pelo contrário, a COPEL, sim, teve significativas vantagens entre a assinatura de um e a conclusão do aditivo contratual.

A forma de reajuste da renegociação é adequada ao poder concedente, a ANEEL, acabou-se com o maior entre IGPM, acabou-se com o gatilho cambial, acabamos com inflação americana, tudo isso embutido no contrato anterior. Isso pode ser comparado com os preços médios de mercado dos contratos bilaterais de longo prazo da região Sul, R\$ 102,00 e R\$ 100,00, ou seja, nós utilizamos por base os contratos bilaterais realizados na região Sul e Sudeste, nós não podemos pegar contratos de leilão, os critérios são totalmente diferentes e as formas são totalmente diferentes para se utilizar neste caso.

A redução do prazo contratual de vinte para treze anos com a possibilidade de redução para sete anos, sendo tal opção gratuita para a COPEL e onerosa para a CIEN. Nós da COPEL temos agora, sim, a opção de sair desse contrato em sete anos, opção essa que depende exclusivamente da COPEL. Se a CIEN não aceitar, ela tem que pagar à COPEL 140 milhões de reais, na época.

A redução do custo dos contratos. Basicamente, de uma forma bastante resumida, nós tínhamos um desembolso de 772 milhões/ano, em vinte anos seriam quinze bilhões de reais. Na renegociação, nós trouxemos esses valores para quatro bilhões e trezentos milhões de reais. Aí são onze bilhões de diferença que a COPEL não irá desembolsar para o pagamento desses contratos. Além do mais, se conseguirmos, se tivermos a opção e se quisermos exercer a opção de executar esse contrato somente em sete anos, o desembolso será só de dois bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões.

A alteração de garantias de procuração. Não mais existe procuração para a CIEN acessar as contas da COPEL. Isso acabou, nós temos outro tipo de garantia dada que são os recebíveis, exclusivamente recebíveis do Banco do Brasil e não existe mais procuração em nome da CIEN ou do Santander.

A suspensão da cláusula de arbitragem. Estamos trabalhando com a suspensão e fizemos isso na renegociação com a cláusula de arbitragem que nós seríamos obrigados a decidir sobre os destinos desse contrato em Paris, que foi um outro feito muito importante para a COPEL.

Os encargos de transportes que eram de responsabilidade integral da COPEL passaram a ser compartilhados

dos, gerando aí quase vinte milhões/ano de economia para a COPEL durante esse contrato. O contrato original em sua cláusula sexta, previa que todos os custos com encargos de transmissão a partir daí se editar, seriam de responsabilidade da COPEL. No período de novembro de 2002 até a data de renegociação desse contrato, esses custos totalizaram oito milhões e quinhentos por contrato, o que dá cerca de dezessete milhões de reais nos dois contratos só de custo de transporte nesse período.

A COPEL e a CIEN assinam o termo em 10 de dezembro de 2003; saímos do memorando de agosto, vamos finalizar com o contrato aditivo. A COPEL e a CIEN assinam o Termo Aditivo nº 02, os contratos um e dois de 1999. O que mudou do memorando para o termo aditivo? O contrato previa a existência de dez dias de parada de manutenção, cabendo à COPEL buscar essa energia para suprir as suas necessidades. O custo dessas paralisações ao longo de treze anos - nós estamos falando em treze anos somente - seriam de 118 milhões. Se levarmos em consideração os vinte anos daquela tarifa, não a tarifa de 1994 que nós renegociamos, só essas paralisações representariam para a COPEL quase trezentos milhões de reais de custo, e isso nós acabamos entre o memorando e o termo aditivo. A COPEL ainda precisaria, nessas paralisações, que a CIEN teria na manutenção da sua linha de transmissão, a COPEL deveria buscar energia no mercado, isso considerando um preço de quarenta e sete reais, nós ainda estaríamos desembolsando sessenta milhões de reais ao longo desse contrato, estaria a forma, como nós calculamos somente sobre a metade do contrato e somente sobre treze anos e não levando em consideração aí os vinte anos e nem os oitocentos megawatts antes previstos no contrato original.

Bom, a recontabilização da energia no período de dezembro de 2002 a agosto de 2003 para a CIEN, deixaria a COPEL exposta ao...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência concede mais um minuto para que o senhor possa concluir.

O SR. RONALDO REVEDUTTI

Muito obrigado!

A recontabilização da energia nesse período, de agosto até agora, ensejaria à COPEL mais um custo de 95 milhões de reais, o que foi evitado.

Este é o quadro final, porque nós temos, antes da negociação e depois da negociação, o contrato de 20 para 13 anos, de 800 para 400, 772 milhões para 332, 20 anos para 13, caução por recebíveis, pago pela COPEL, transporte, hoje por conta da CIEN, enfim, dez dias que representam mais 59 reais.

Eu queria dizer que a COPEL conseguiu pagar em 2002, sim, o contrato da CIEN, porque entrou na COPEL, de 97 a 2002, quase 3 bilhões de reais por financiamento de empréstimo que vamos ter que pagar agora

em 2004, 2005, nós temos que pagar, por isso que a COPEL conseguiu pagar esses contratos anteriormente.

E as pesquisas de mercado que mostram a boa renegociação da CIEN.

Aí está, o (ininteligível).. o anúncio da COPEL destaca nossos interesses com relação às operações brasileiras, rebaixando a variação da CIEN e aumentando a da COPEL. Este senhor é considerado como o melhor analista de Utilities da Revista.... e que ganhou nos oito anos esses prêmios. Em 2004 também recebeu o prêmio Wall Street por seu conhecimento.

Aí estão a repercussão das ações da Bolsa da COPEL, as ações da COPEL em Bolsa, aonde nós tivemos que preservar o interesse dos acionistas e do Governo do Estado, e é exatamente no memorando e na assinatura do contrato as valorizações que repercutiram das ações da COPEL na Bolsa de Valores.

Aí é o Morgan também falando bem da renegociação. O UNIBANCO dando recomendação de comprar ações da COPEL. O CREDISUISS também dando recomendação para comprar e aí as pesquisas de mercado, antes da renegociação da COPEL - a da... refletindo o risco, o aumento do risco CIEN para a COPEL. Isso inclui o contrato um problema para todas as geradoras. Também ... isto antes de nós renegociarmos, em 2001/2002, a COPEL poderia sofrer devido à sua exposição para geração, seu excesso de energia de Araucária e do contrato da CIEN. Outra vez da ... criticando o contrato da CIEN.

Por fim eu gostaria de me colocar aqui também à disposição dos senhores e garantir a todos que para a COPEL e para o Estado do Paraná não havia outra alternativa senão renegociar esse contrato e mais do que isto, nestas condições foi um grande feito para a COPEL e para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

Interpelações:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de registrar em nome do Deputado Marcos Isfer a presença, entre tantas pessoas que nos visitam hoje, da Vereadora Tereza da Latinha, do PPS, a mais votada de Campo Largo.

Muito obrigado pela presença.

Encerrada a exposição poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento que terá prazo de dez minutos.

Para responder a cada interpelação, o Procurador terá o mesmo tempo dado pelo parágrafo anterior que o Deputado teve para formulá-la.

Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, eu, antes de fazer as minhas considerações, queria tornar público a esta Casa que, por solicitação do Presidente Hermas Brandão e também por desejo do Procurador Luiz Henrique Bonaterra, que encaminha os seguintes documentos à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa:

“Declaro para os devidos fins que recebi do Procurador Luiz Henrique Bonaterra, em nome da Comissão de Fiscalização desta Casa documentos referentes a contratos entre COPEL e CIEN; Parecer de elementos instrutores relativos à concessão de serviços públicos do Estado; documentos referentes a negociação entre a COPEL a Construtora DM, a CR Almeida e outros; documentos referentes a obras, compras realizadas pela administração pública, direta e indireta, do Estado do Paraná; documentos referentes a operações envolvendo BADEP; documentos envolvendo negócios do CEASA.”

Recebi estes documentos em data de ontem, 11 de abril de 2005. Os documentos estão aqui no plenário para conhecimento de todos. Hoje pela manhã tivemos uma reunião na Comissão de Fiscalização e Controle onde indicamos alguns membros para que pudessem colaborar com esta Presidência e também no sentido de dar parecer em algumas das denúncias. Também solicitamos dois técnico do Tribunal de Contas para auxiliar esta Presidência.

Basicamente, Sr. Procurador Sérgio Botto de Lacerda, eu quero me referir a duas certidões: uma do Departamento de Estradas de Rodagem, DER do Paraná e outra certidão da COMEC.

Essa certidão do DER certifica que: “Desconhece esta Coordenadoria a ocorrência de procedimentos licitatórios que tenham dado origem às 732 concessões a empresa de ônibus, no Estado do Paraná.” É uma certidão pública dizendo que há 732 contratos sem licitação. Esta certidão a que acabo de me referir é solicitada pelo Procurador Luiz Henrique Bonaterra, no ano de 2003.

Há também do ano de 2003 uma certidão da COMEC dizendo também: “Certifico, a pedido da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para devidos fins de instruir Protocolo Administrativo 5.465 de 3-8-02/4 que revendo os registros dessa autarquia constatei que as autorizações, permissões de serviços públicos de transporte coletivo metropolitano, de passageiros, de responsabilidade desta autarquia, não têm origem em licitações.”

Eu indago a V. Exa. porque esse assunto me faz debater já por alguns anos, mais notadamente desde 88, já na Constituição do Estado, quando eu entendia que nós devíamos colocar um fim neste monopólio de transporte

coletivo porque serviria apenas para interesse de negócio do governante de plantão.

Então, indago a V. Exa., como Procurador do Estado. Sabendo que as certidões estão aqui, dadas como públicas, por que até hoje esta Casa ainda não recebeu uma Mensagem do Poder Executivo para que se estabelecesse a concorrência pública, antiga, falada, dita e cantada? Espero merecer as suas considerações.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Só gostaria de lembrar a V. Exa. que essas licitações que estão aí extintas, remontam à época em que o Dr. Luiz Henrique Bonaterra era Presidente da COMEC. Recordar também que no passado quando derrubada a Lei Constitucional por meio de uma ação direta junto ao Supremo Tribunal Federal, V. Exa. apresentou um projeto de lei que foi aprovado naquele momento por esta Casa. Essa certidão, na verdade, não revela nada de inédito. O parecer do Dr. Bonaterra, que por mim foi desconsiderado pelas razões que eu já me referi aqui, há pouco, nada de novo trouxe. O parecer anterior de maio de 2004, formulado a partir de determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, já elencava uma situação inclusive pior do que esta. Um total de 2 mil 358 linhas de transporte rodoviário, incluída as rodoviárias e metropolitanas de Curitiba, 1.286 estão com os contratos de concessão extintos, e 1.072 não tiveram o prazo de validade de sua relação contratual informada.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. não entende que quando esses contratos estão vencidos...

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Estou tentando responder a V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas V. Exa. não entende por omissão e não ter tomado nenhuma providência?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não entendo, porque estabelecia (não sei se V. Exa. não ouviu) que a partir da emissão desse parecer a esta consulta formulada pelo Tribunal de Contas, deu-se início, sim, à elaboração das providências para a formatação do plano diretor. Isso é encargo do DER. Isto foi feito e está sendo feito.

Portanto, repito aqui, esse processo foi encaminhado ao DER, lá a Diretoria Jurídica do DER, ou melhor a Procuradoria Jurídica do DER o encaminhou em junho de 2003, portanto, muito antes da edição desse parecer do Dr. Bonaterra e muito antes da data dessa certidão que V. Exa. possui para as providências devidas à Diretoria de Operações do Departamento de Estradas e Rodagem. Aqui eu disse que omissão não vejo, mas é uma posição pessoal minha por estar na administração, porque o DER é um organismo lento, sim, ele tem todo o tipo de dificul-

dade, porque foi desmantelado na gestão anterior e não se conseguiu até hoje dar agilidade a essa instituição.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Mas não é lento quando dá o aumento linear para todas as empresas de transporte coletivo do Estado do Paraná! Intermunicipal!

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu não falo aqui pelo Diretor do DER e nem pelo Secretário dos Transportes.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Mas eu não vejo como que essa questão é tão estabelecida e tão encantada, ao longo de 1990 para cá, pelo menos.

Parece que os Governantes que dirigiram o Estado foram omissos nessa questão, porque certamente se alguém ingressar na Justiça deverá responder por crime de responsabilidade, porque é uma concessão pública e o que se trata não é apenas do transporte coletivo, não! Trata-se de outras concessões também, que poderão ser objeto de análise, evidentemente, pela provocação do eminente Procurador Luiz Henrique Bonaterra.

Não quero adiantar a V. Exa. que este Procurador que esteve aqui à semana passada, possa estar com a razão e que V. Exa. como Procurador Geral também possa estar. Agora, quero assegurar a V. Exa, que esta Casa, como Poder independente, vai fazer uma análise criteriosa de todas as denúncias, e certamente vai ser justa não vai procurar nem ser boa e nem ser má; vai procurar ser justa. Não há precipitação, não vamos pré-julgar, não vamos dizer que o Bonaterra, que esteve aqui, falou. Não podemos desconsiderar o que ele falou. Não vamos dizer, porque V. Exa. veio aqui hoje, colocar, pode ser colocado como verdade. Vamos analisar os documentos, aí certamente vamos chegar a uma conclusão, tranquilamente, fazendo justiça ao Governo e, fazendo justiça também a ambos os Procuradores.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Acho, Deputado Neivo Beraldin, que esse é o verdadeiro papel desta Casa de Leis, assim como é a do Governo. Não há nenhuma intenção de encobrir situações.

Por isso, estou aqui, até por proposição minha, própria, sem que tivesse havido alguma convocação formal, e as coisas estão postas de maneira absolutamente claras. Eventuais dúvidas outras que V. Exa. me convocar ou formular por escrito.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Certamente, eu farei isso com muito prazer e agradeço sempre a disposição de V. Exa. em nos atender e sempre que o nosso telefonema é dado a V. Exa. é para tratar de assuntos da Comissão de Fiscalização e Con-

trole da Casa, sobretudo o que cerca à questão dos títulos de Alagoas. Enfim, assuntos de interesse do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Segundo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e eminente Procurador, o que nos separa aqui, quase não podemos nos ver, são as flores e os espinhos.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Cá entre nós aqui, eu não vejo nenhum espinho; somente flores.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu gostaria de saber de V. Exa. quais foram os procedimentos após as denúncias formuladas aqui pelo Procurador Bonaterra, pelo Procurador Geral?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Providências com relação às denúncias V. Exa. quer saber?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, aqui esteve um Procurador, apesar de considerado por mim, no momento, ele esteve aqui e talvez arrependido do que tinha falado lá no Partido, tentou usar todo o tempo possível para tornar as suas denúncias o quanto mais nebulosas possíveis, não deixando muito claro a esta Casa e até causou irritação aos senhores parlamentares.

Mas a vinda do Procurador aqui, tem um significado, um simbolismo muito grande. O que eu peço a V. Exa., primeiro: é normal um Procurador sair denunciando o Governo?

Segundo: se é normal, tudo bem!

Se não é normal, quais as providências que foram tomadas contra o Procurador para que ele seja responsabilizado sobre a sua fala?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputado, eu recorri ontem, à noite, o pronunciamento que fiz em Foz do Iguaçu, quando da abertura de um Seminário a respeito de Advocacia Pública.

Naquele momento eu me preocupei em destacar o que significa verdadeiramente a Procuradoria Geral do Estado. Um organismo, como eu disse, aqui a V. Exa, íntegro. Denúncias que Procuradores eventualmente tiverem, evidentemente que como cidadãos, como Procuradores devem fazer.

Eu entendo apenas, isso é a minha posição de Procuradores Geral do Estado, neste momento, que a forma

como isto se deu não foi a forma apropriada. Houve uma construção de pseudo denúncias, houve um sensacionalismo, houve uma manipulação da imprensa. E isto foi claramente observado, aqui, na sessão, quando esteve o Dr. Bonaterra, que nada disse. Chegou-se ao absurdo de ele, para tentar sustentar denúncias, entre aspas, contradizer pareceres dele próprio.

Que dizer, a perplexidade que eu tenho, como seu superior, é de suas naturezas. Primeiro: estes dois casos, CIEN-COPEL e transporte coletivo não demandavam esta confusão toda por ele patrocinada. As suas manifestações, quando expostas, não foram sequer submetidas previamente ao seu superior imediato. Foram encaminhadas diretamente ao meu gabinete. E com ele conversei inúmeras vezes, abrindo as portas da COPEL, a fim de que ele fosse lá esclarecer as dúvidas que tivesse. Do DER também, insistindo ao DER para que fizesse as licitações para que se estruturasse na forma da lei, não porque ele, Procurador Bonaterra, havia descoberto que não havia licitações ou que os contratos estavam vencidos, porque isto já havia sido constatado há meses, em abril de 2003, quando a Procuradoria Geral do Estado, tecnicamente pronunciou sobre esta questão.

Entendo que houve, sim, extrapolação de conduta por parte dele. Determinei na semana anterior a instalação de um processo administrativo, a fim de que se apure a conduta funcional deste Procurador, no plano ético e no plano do estatuto e da lei que rege a nossa instituição.

Não é crível que se enlameie a instituição toda, como foi elameada. Me parece que num dado momento, em manifestações que ao menos foram atribuídas ao Procurador, pela imprensa, todos os Procuradores do Estado do Paraná foram postos como ignorantes, sendo ele o único gênio da Procuradoria Geral do Estado.

Isto foi posto, com todas as letras, em vários veículos de comunicação. De modo que a lei me incumbe, pelo cargo que exerço, à medida que eu verifique que tenha havido algum excesso, alguma infração ética, eu tenho o dever de responsabilizá-lo. Não seria eu a julgar. Há uma comissão de processo administrativo. A defesa é a mais ampla possível, a nível constitucional. E a minha interferência é nenhuma, neste processo.

A minha posição foi clara em instaurar processo administrativo, a fim de que ele se explique à Comissão e ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Há uma outra questão, levantada pelo Procurador Bonaterra, e sobre esta questão ele deixou dúvidas no ar, é quanto à questão ELEJOR. A negociação foi efetuada pela COPEL com o Governo do Estado, chamada ELEJOR.

Eu gostaria que o senhor dissesse, aqui, se possível, qual foi o Parecer da Procuradoria quanto a esta negociação.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Nenhum. A Procuradoria Geral do Estado não foi consultada sobre isto. Esta questão foi resolvida a nível da Assembléia Legislativa, quando - me recordo perfeitamente - estive aqui, inclusive na condição de conselheiro da COPEL, para justificar as razões pelas quais um acionista privado estava se retirando da sociedade e a COPEL estava assumindo a titularidade de 70% do controle acionário. A Procuradoria jamais se manifestou sobre isto. Não sei como ele lançou essa indagação a V. Exa. Desconheço qualquer manifestação da Procuradoria em torno disso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero deixar mais claro, pairou dúvidas sobre a negociação que foi efetuada.

Pelo que eu entendo da sua fala, ele teria uma posição contrária a esta negociação, porque considerada irregular.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Nunca soube de alguma manifestação dele escrita sobre esse assunto. Jamais houve consulta na Procuradoria Geral do Estado em torno desta questão envolvendo a ELEJOR.

Isso não foi, de modo algum, objeto de qualquer tipo de indagação à Procuradoria Geral do Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Essa lei foi, sim, aprovada por esta Casa, mas alguns Parlamentares questionaram-na, porque veio em momento inapropriado. Pela seguinte razão: o Governo, através da COPEL já havia realizado a negociação e efetuado o pagamento.

V. Exa., como Procurador Geral do Estado, acha normal esse procedimento ilegal?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não ocorreu isso. Estive aqui explicando à Assembléia, quando da votação daquele projeto de lei que autorizava a COPEL a comprar e a ter 70% da ELEJOR, houve um compromisso de compra e venda de ações.

Não se efetivou alguma transferência acionária antes da aprovação desta Casa de Leis, da autorização que o Poder Executivo solicitou.

Havia um projeto de lei tramitando, de autoria do Deputado Nereu Moura. Preocupou-se o Poder Executivo, aí, sim, a preocupação era fundada, com a possibilidade de alegação de sua eventual inconstitucionalidade, sobre o plano formal.

O entendimento foi de que deveria o Executivo ter remetido um projeto de lei, como se debateu, parece que o Presidente da COPEL esteve aqui expondo essa questão. Não houve, a rigor, alguma compra e venda no sentido jurídico antes da votação da lei.

A lei foi aprovada. O negócio se efetivou. A ANEEL autorizou. O Conselho de Administração Econô-

mica do Ministério da Justiça autorizou e as coisas estão regulares.

A questão da avaliação, parece que é uma indagação que não tenho como responder nem a V. Exa. nem ao Dr. Bonaterra. Dúvidas se houverem, se já não foram esclarecidas quando da vinda dos diretores da COPEL naquela época em que esse assunto se discutia, deverão ser objeto de um pedido de informações diretamente à COPEL. Não tenho elementos para responder essa formulação sua. Não vi irregularidade alguma. Se houve, deve ser objeto de apuração, sim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Permita-me discordar de V. Exa., porque tivemos aqui, não o Dr. Paulo Pimentel, mas sim um dos diretores, Griebler, e ele mesmo afirmou isso, Sr. Procurador. Há uma contradição ou talvez, me desculpe...

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não, acho que há uma dificuldade de compreensão!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Compromisso de compra e venda é uma coisa; venda é outra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Procurador, quero lhe dizer que foi afirmado pelo Sr. Gilberto de que foi efetuado pagamento antes da aprovação da lei, nesta Casa. É por isso que questiono V. Exa., porque o senhor, como profundo conhecedor da legislação, Procurador Geral do Estado, a pergunta que firmo é sobre a legalidade, porque nós desta Casa levantamos esse questionamento da legitimidade, de primeiro se efetuar a negociação, se fazer o pagamento e, depois, mandar a lei para esta Casa.

É esta a questão que está colocada e que, certamente, o senhor já fez as suas considerações, caso o senhor tenha mais alguma coisa a acrescentar.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Tenho.

Para tentar explicar a V. Exa. que não foi isso que efetivamente ocorreu. Houve um compromisso de compra e venda, houve um sinal de negócio e a Assembleia Legislativa aprovou a lei autorizando a COPEL a celebrar esse negócio. Parece até que a votação foi unânime na Assembleia.

V. Exa. deveria, me desculpe, ter se insurgido naquele momento em que se votava e lei, não agora.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Procurador, V. Exa. não está entendendo. Nós nos insurgimos desde o primeiro instante, em vários pro-

nunciamentos nesta Casa, e posicionamentos. Agora, me permita discordar de V. Exa. quando afirma que primeiro foi aprovado, depois foi realizado o pagamento. Eu discordo de V. Exa. porque há uma afirmação diferente e devido a esse posicionamento do Procurador Bonaterra, nós estaremos entrando com uma ação pedindo a nulidade desse ato administrativo.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Nós?! O senhor diz que ele também?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu!

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Ele, como seu advogado?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, eu tenho melhor advogado que ele, quero dizer a V. Exa., muito melhor.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Perfeitamente, direito de ação é um direito constitucional.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não desmerecendo a capacidade do Procurador Bonaterra, o qual foi um grande Parlamentar nesta Casa, mas eu considero ter uma assessoria jurídica bem melhor do que a que me foi oferecida, neste instante, por V. Exa.!

Um outro questionamento, Sr. Procurador, ocorreu esses dias. Nós, da Oposição, vínhamos questionando o Governo sobre as contratações da TV Educativa. Por vários meses, alertamos o Governo de que a maneira como estavam sendo contratados os servidores da TV Educativa não era a correta e não era a legal. Por essa razão fomos à Justiça, que nos concedeu uma liminar e eu, ao sair da minha casa, no dia seguinte à liminar concedida pelo Juiz Federal, por obra do acaso, ouvi o Governador Requião na reunião de terça-feira, numa entrevista, onde ele afirmou o seguinte (o qual foi motivo de elogios do Líder da Oposição nesta Casa): "Se eu fosse o Juiz daria o mesmo despacho!"

O que me causou estranheza, Sr. Procurador, é que na sexta-feira, depois da fala do Governador, o Governo pediu uma reconsideração da decisão do Juiz!

Peço a V. Exa. se há uma declaração pública do Governador reconhecendo a decisão do juiz por que pedir a reconsideração deste ato?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente. Apenas para dizer o seguinte: na Sessão passada quando esteve aqui o Dr. Bonaterra, algumas questões foram colocadas que não estavam na pauta para a qual ele havia sido convocado para falar. E eu tive chamada a atenção, por isso. Hoje, acontece a mesma coisa.

Se entrarmos por outros questionamentos, outras indagações que não objeto da convocação, vamos entrar por outros caminhos e corremos o risco de perder a dimensão e o foco desta convocação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Inclusive, vou alertar aos Srs. Parlamentares que temos ainda uma Sessão Solene marcada. Teremos que obedecer aos horários, ou não teremos como fazer a outra Sessão. O Regimento é claro. Estamos democraticamente deixando o debate se estender mais do que ele determina. Essa é a minha forma de agir democraticamente. Mas, faço um apelo aos Srs. Parlamentares: temos mais oito oradores inscritos e o orador que está usando agora o tempo, Deputado Valdir Rossoni é o segundo. Então, peço a gentileza, a compreensão dos Srs. Deputados, que possamos realmente obedecer ao Regimento.

Gostaria que esse debate permanecesse até mais tarde, mas infelizmente, nós temos uma Sessão já convocada também, uma Sessão Solene.

Peço a compreensão dos senhores parlamentares.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente.

O Regimento Interno diz que cada Deputado tem direito a cinco minutos. Inclusive quando o Sr. Bonaterra esteve aqui, o Deputado Valdir Rossoni cobrou uma demora minha, na pergunta que eu estava fazendo. E se for nesse trâmite, não vamos ter tempo para fazer os questionamentos que queremos fazer, também.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Da mesma forma que essa Presidência agiu com V. Exa. naquela Sessão, estamos agindo hoje, mas vou pedir a compreensão dos Srs. Parlamentares e sei que todos os Deputados aqui são responsáveis, querem cumprir o Regimento.

Por isso, peço então, com a resposta do nosso Procurador Dr. Sérgio Botto, o atual ocupante do tempo, o Deputado Valdir Rossoni que encerre o seu questionamento.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Tenho em vista que são onze Deputados inscritos, peço a V. Exa. que prorogue a Sessão, se possível por mais uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será possível prorrogar. Nós suspendemos essa sessão e a reiniciaremos depois da Sessão Solene, mas só reiniciarei se houver número de Deputados aqui, que o Regimento exige.

Não há problema nenhum de suspendermos essa Sessão e voltarmos depois da Solene.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se V. Exa. me permitir, a única indagação porque fui induzido ao erro, porque, ao ouvir a fala do Governador, vendo-o reconhecer o despacho do juiz, vim a essa tribuna e elogiei-o, e, na sexta-feira, ele age de uma outra forma.

Aí, fiquei me perguntando: foi determinação do Governador? Não acredito! Foi determinação de quem não respeita o Governador, porque ele reconheceu que a decisão do juiz era correta.

É esta a indagação que faço a V. Exa.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não é nenhuma coisa nem outra Deputado. Não é desrespeito. Acho que V. Exa. talvez tenha pinçado da entrevista uma parte em que ele disse efetivamente que se fosse o Juiz teria decidido daquela maneira. Porque, essa indagação que V. Exa. talvez não tenha ouvido ou lido, porque partiu do Governador, da premissa de que o Dr. Friedmann se baseou em um edital de convocação para um teste seletivo feito pela FUNPAR, que já não vigorava mais.

O edital foi reeditado. A primeira versão dizia, textualmente, que a FUNPAR estaria fazendo um teste seletivo, específico para a seleção de pessoal para exercer atividades na RTVE. Este edital foi republicado e se lançou outra redação naquele preâmbulo. A interpretação do Governador - e a minha também, porque na verdade eu disse a ele: com o edital posto daquela maneira, evidentemente a liminar teria que ser dada, sim. Só que a constatação foi de que havia sido publicado o edital.

O pedido de reconsideração - V. Exa. deve ter lido - foi no sentido de sensibilizar o Dr. Friedmann - lá eu estive conversando com ele em audiência privada, juntamente com o Secretário do Planejamento, Dr. Reinhold Stephanes e a Secretária da Administração, Dra. Maria Marta Lunardon, pela Procuradora do Estado também, que subscreve aquela petição, Dra. Cristina Leitão, dando de que aquela decisão, ao autorizar o teste seletivo da FUNPAR, mas proibir a utilização daquelas pessoas que forem selecionadas para exercer atividade na RTVE, inviabiliza o teste seletivo. Não houve divergência entre a posição do Governador e a do Estado, quando do pedido de explicações.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, demonstrando a boa vontade do Governo, está aqui o Procurador Geral do Estado. Não foi nenhuma convocação; foi um convite espontâneo à sua vinda e dos diretores da COPEL.

Eu solicitaria e proponho, na Liderança do Governo, pelas questões pendentes - essas que não estão na convocação - que convoquemos, para trazer todas as informações necessárias aos Deputados, porque esta Casa está no seu papel e tem todo o direito de fazer este questionamento. A demonstração é clara de que a vinda do

Procurador, com todas aquelas informações que estiveram fora dessa convocação, nós, no prazo mínimo possível, traremos a esta Casa, visto que tem uma Sessão Solene depois desta e do adiantado da hora.

Prometemos aos nobres Deputados Valdir Rossoni e Durval Amaral, que traremos todas as informações para esta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, encerro a minha participação, mas gostaria, antes dos questionamentos que foram levantados, primeiro, cumprimentar o Deputado Dobrandino pela forma como vem conduzindo a Liderança do Governo.

V. Exa. deve ter observado que nós nos ativemos - aí posso discordar de V. Exa. -, aos questionamentos e ao que foi levantado pelo Procurador Bonaterra e em nenhum momento fugimos da questão. Sei que o Deputado Rossoni quando começa a questionar nesta Casa, causa um pouquinho de urticária a alguns Deputados, e por respeito ao tempo, Sr. Presidente, agradeço ao Procurador pelos esclarecimentos.

Mas, permitam-me alguns Parlamentares que discordam dos meus posicionamentos, dizer que aqui o tratamento tem que ser igual para todos. Outro dia, o Bonaterra falou quatro horas, depois, se estendeu até a noite. De repente, estou sendo tolhido. Tenho vários questionamentos que certamente serviriam não apenas para o Deputado Rossoni, mas para o próprio Governo, deixando claro para o Governo que, quanto mais clara toda aquela névoa que foi trazida aqui, pelo Bonaterra, muito melhor para o próprio Governo.

Sempre tenho sentido que os meus pronunciamentos causam urticária a alguns Parlamentares.

Agradeço ao Sr. Presidente e ao Procurador, pelos esclarecimentos.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Só quero dizer a V. Exa. que a mim não causa urticária alguma.

Eu estaria à sua disposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Em nenhum momento me referi a V. Exa.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Sra. Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria de agradecer a presença do Dr. Sérgio Botto e também de toda a Presidência Executiva da nossa

COPEL, e dizer que para mim, Dr. Sérgio Botto, sinceramente, muitas coisas já estavam devidamente esclarecidas e não é porque sou da Base de Sustentação.

Nós procuramos manter aqui nossa autonomia e nossa independência enquanto Poder, mas um Governo que coloca na internet de forma clara e transparente o que compra, como compra e quanto paga, acho que é uma demonstração pública de transparência, lisura e responsabilidade com a coisa pública, com o dinheiro público.

Então, de fato, as colocações feitas aqui pelo Dr. Bonaterra, muitas delas, na minha avaliação, ficando claro que ele fez uma apresentação na minha avaliação, raivosa, decepcionante - como colocou o Deputado Rossoni - confusa, misturando as coisas e nos primeiros vinte minutos, colocando em um tom de aula inaugural para curso de Direito toda sua erudição.

Isso foi amplamente colocado aqui e acho importante, porque naquela ocasião não tive condições de me expressar; a Sessão foi prorrogada por mais uma hora, mas não teve quórum. Eu estava inscrita, mas não pude falar. Quero que fique consignado na Casa esta nossa referência. Então, o Dr. Bonaterra se colocou, como o último bastião da ética, uma espécie de professor de Deus. E hoje, pelas suas colocações e também da COPEL, vejo que além disso ele usou de má-fé. Isso precisa ficar esclarecido aqui.

Então, queria dizer que quando conversei com ele fora da Sessão, porque não tive condições de falar ao microfone - indaguei sobre a questão da sua assinatura naquele parecer que dava ao CEASA a garantia de comprar o leite das crianças do Programa "Leite das Crianças" e também material perecível sem licitação; indaguei por que é que tinha a assinatura dele autorizando isso. Ele me colocou que lhe foi pedido, solicitado um parecer sobre um fato dado, que já havia sido anteriormente feita essa compra, que esse parecer já foi pedido *a posteriori*, e que então era sobre um fato consumado, um fato dado, mas que ele recomendava que as compras futuras não fossem feitas sem licitação.

Queria um esclarecimento de V. Exa. a respeito disso e já faço uma outra pergunta para o Dr. Ronald responder, que seria sobre o seguinte: como pode a COPEL realizar um contrato de compra de energia a 94,75 e vender em leilão a 57,51? Isso não estaria caracterizado como prejuízo para a COPEL?

São essas duas indagações e sinto-me contemplada com as respostas que foram dadas em relação às outras questões.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputada, em resposta objetiva a V. Exa., acho que se o Procurador Bonaterra afirmou isso - eu não assisti à sua manifestação - ele a enrolou, porque o seu parecer foi emitido em resposta a uma consulta formulada pelo CEASA de como deveria proceder, tendo em vista que o Tribunal de Contas, pela 2ª Inspeção, estava contrariando a validade da Resolução de 1991. Não havia nada

de encomenda de parecer, não havia nenhuma situação concreta já efetiva.

Se ele disse isso, na minha avaliação, é mais grave ainda do que eu imaginava, porque a resposta dele, escrita, não retrata alguma situação concreta de compra específica.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada!

O SR. RONALD RAVEDUTTI

Deputada, eu gostaria de esclarecer que a COPEL, na realidade, não teve qualquer prejuízo nessa operação de compra a 97 reais da CIEN e na venda no leilão a 57. Primeiro: a COPEL não comprou, não fez um contrato de compra com a CIEN. Agora em 2003, a COPEL renegociou um contrato que já vinha desde 1999 e nós não tínhamos como sair desse contrato. Na realidade nós baixamos o preço para 94. E mais, em preço baixado se refere à importação de energia, totalmente diferente da energia adquirida aqui no leilão; a importação de energia é de base térmica.

Nós importamos essa energia, através da CIEN, da Argentina, com base térmica. A energia nessa base é muito mais cara do que a de base hídrica. E mais, essa energia adquirida no leilão de dezembro de 2004, foi uma energia chamada de energia velha, a energia de usinas já amortizadas. Portanto, não há como comparar o preço dessa energia térmica adquirida de importação, de renegociação de contrato, com uma energia adquirida em leilão. É mais ou menos como eu adquirir um produto na entressafra, depois me arrepender e, na safra, achar que tenho que baixar o preço. Na realidade, na época da realização desse contrato de energia térmica, havia uma previsão de racionamento; por isso esses contratos tiveram esse preço.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, nobre Procurador, Dr. Botto, é uma satisfação tê-lo aqui na Assembleia Legislativa.

Vou procurar fazer algumas perguntas rápidas para agilizar a nossa discussão. O senhor afirmou, pelo menos entendi assim, que a CEASA está desobrigada a proceder às licitações, amparada por uma resolução do Pleno do Tribunal de Contas que a dispensa de licitação. Se eu ouvisse essa afirmação de um estudante de 1º ano de curso de Direito, talvez até entendesse, mas de um jurista como V. Exa., um homem culto juridicamente, eu per-

gunto, porque quero rever os meus conceitos: pode o Pleno Tribunal de Contas revogar a Lei 866, que é a Lei das Licitações Públicas? Tem fundamento isso?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

É evidente que não pode. Agora, o Tribunal de Contas pode interpretar a lei, assim como a Procuradoria Geral do Estado, em nível de consultoria, também pode, e nela encontrar fundamentos para dar suporte à conclusão de que compras daquilo que é perecível não é passível de ser efetuada mediante a licitação. Comprar alface em licitação... O fundamento, em nível de comportamento da administradora da CEASA, foi o que baseou, aquilo que eu falei...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente.

Veículos, imóveis, bens que efetivamente a lei 866 prevê que seja o processo licitatório. O senhor não se referia a elas?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Claro que não, absolutamente! A consulta foi específica...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Acho que V. Exa., por amor ao Direito e ilustre jurista que é, deveria solicitar todas as compras feitas pela CEASA, para que o Governo não incorra em nenhuma irregularidade administrativa.

Tenho mais a perguntar: o Doutor Bonaterra comunicou à Assembleia Legislativa que solicitou a V. Exa., com relação às renegociações do BADEP, e o senhor foi muito claro, diga-se de passagem, afirmando que logo após essa comunicação dele, o senhor encaminhou ao BADEP para que ele tomasse as providências. Também esta era uma solicitação do Dr. Bonaterra. Além dessa solicitação ele fazia a afirmativa que se caracterizavam essas renegociações crimes contra o sistema financeiro, portanto, passíveis de serem investigadas pelo Ministério Público Federal - Pergunto a V. Exa., o senhor encaminhou ao Ministério Público Federal também para que ele procedesse da mesma forma como o BADEP, a apuração dessas irregularidades, e, quem sabe, crime, em tese, cometidas contra o BADEP?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu mandei ao BADEP no dia seguinte ao ter recebido a representação do Dr. Bonaterra, mas disse a V. Exa. que recebi a manifestação do BADEP, a denúncia veio sem subsídios, veio sem documentos consistentes a dar início a uma investigação. Requisitei do BADEP uma manifestação e documentos também que recebi apenas em 8 de abril de 2005, com uma justificativa devidamente instruída, e com a proposição de que fossem todos os elementos ali contidos encaminhados ao Ministério Público Federal, o que farei, evidentemente, prontamente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Nesse caso específico, então, a suspeita levantada pelo Dr. Luiz Henrique Bonaterra se configurou com as informações prestadas pelo BADEP a V. Exa?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Na verdade, ilustre Deputado, a questão que o Dr. Bonaterra aventou, foi por ele; foi-lhe trazida por um cidadão, conforme referi. Se bem me recordo, a análise em torno da renegociação feita com uma das empresas sempre foi uma questão muito polêmica. É o grupo Atala. A outra, é uma empresa cuja renegociação já estava sendo verificada pelo próprio liquidante também. Ele não trouxe alguma novidade como o grande moralista do Estado do Paraná, ao qual se referiu a Deputada Elza Correia. São situações acontecidas no passado. Renegociações que foram feitas na gestão do ex-Governador Jaime Lerner e que foram por ele inquinadas como de prejudiciais e que são assim mesmo consideradas, em princípio, ao menos. Não se ouviu alguma manifestação dessas empresas. A aparência é de ter havido um benefício muito grande para a renegociação e a quitação de dívidas que historicamente eram muito grandes e que acabaram sendo absorvidas pelo DABEP, a um preço ínfimo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente. Na sequência, doutor, eu ouvi na CPI da COPEL, ouvi aqui diretores da COPEL afirmando que os contratos havidos entre a COPEL e seus parceiros eram extremamente lesivos a ela e ao povo, ao Governo do Paraná, que especificamente com relação a esse contrato da CIEN, ele era imoral, sob todos os aspectos, por estar indexado em dólar. Isso foi público! Todos os diretores, todo mundo batia e afirmava na mesma tecla!

Pois bem. Qual é o espanto nosso, da Oposição? Contrato indexado em dólar - era denúncia e por isso mesmo havia rescisão contratual. A ANEEL não aceita indexação em dólar. Até onde temos informação desta Casa o contrato entre a COPEL e a CIEN, pelo menos, nos próprios contratos originais, os critérios de reajuste do preço de energia era indexado pelo IGPM.

Pasme Deputado Valdir Rossoni, meus caros colegas Deputados. O que deveria ser o valor em torno de 69 reais reajustado pelo IGPM, a COPEL, que é uma prática do Governo primeiro denuncia, diz que vai rescindir o contrato, depois repactua e faz o aditivo! Nesse caso, extremamente lesivo para a COPEL, porque era tão ilegal que fundamentou a rescisão! Deu origem, inclusive, às irregularidades praticadas, em tese, pela COPEL a uma CPI. Um Diretor da COPEL diz que contrato não pode ser indexado em dólar; a ANEEL se manifesta dizendo que os contratos indexados em dólar são nulos, não válidos! Pasmem os senhores, pasme o senhor, que é conselheiro da COPEL, a COPEL vai e renegocia! Pelo IGPM, em tese, era R\$ 69,00, faz uma renegociação mais favorável à COPEL do que o dólar, que ultrapassaria mais de

R\$ 100,00 a R\$ 95,00! O Procurador Bonaterra afirma que isto é extremamente lesivo para o Estado, que o Estado ganharia as ações na Justiça.

Quem levou vantagem nesse processo, Dr. Botto?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu acredito que isso foi exposto, com clareza, pelo Diretor Jurídico da COPEL, Dr. Assis Correia e pelo Diretor de Participações, Dr. Ravedutti, que inclusive trouxe aqui uma exposição em data-show.

Pontos de vista, questões de interpretação, evidentemente podem gerar divergências. Agora eu pergunto: quem é o Dr. Bonaterra para se considerar mais capacitado ou em melhores condições de tomar uma decisão como administrador público do que alguém que dirige a COPEL legitimamente, que analisou esses casos da forma como foram postas aqui as conclusões pela diretoria da COPEL? O ponto de vista dele, é dele! Se é o seu também...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu lhe devolvo a pergunta: Na mesma tese, se ele é ilustre ou não, como o senhor propõe a promoção dele por merecimento? Ele está na lista de promoção, por merecimento e me consta que ele é Procurador do Estado. Ou já o retiraram da lista, pelas denúncias que ele fez?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não, ele está em estágio probatório mas isso é uma questão que não diz respeito a V. Exa., diz respeito à *terma corporis* da Procuradoria Geral do Estado. Não tenho que lhe dar informação aqui se ele será promovido ou não. Parece que isso não é prerrogativa inclusive desta reunião.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu simplesmente estou colocando nos mesmos termos que o senhor colocou e o senhor me respeite, por o senhor afirmou que...

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu estou tentando lhe respeitar aqui, Deputado, todas as vezes que eu venho aqui o senhor tenta me provocar com perguntas absolutamente impertinentes.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu não estou provocando, o senhor fez uma afirmativa, tentou desqualificá-lo! Estou apenas lembrando que o senhor não tem condições de desqualificá-lo porque na lista...

(Som do Deputado é cortado)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço que tanto o Procurador, Dr. Sérgio Botto e o nobre Deputado Durval Amaral se atentem às questões

dessa convocação. Senão, não teremos condições de encerrar esta Sessão para procedermos à outra Sessão.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Presidente, eu tenho o maior respeito ao Dr. Botto mas efetivamente não é possível tentar desqualificar o Dr. Bonaterra só porque ele não é do Partido do Procurador ou porque tem uma militância político-partidária, porque ele está numa lista tríplice, por merecimento!

Não fui eu quem o nomeou Procurador, então vamos respeitar...

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Deputado, ninguém está desqualificando ninguém aqui. Vamos interpretar as coisas corretamente: a questão de ele estar figurando numa lista de promoção, por merecimento, não é sequer prerrogativa minha, é prerrogativa do Conselho Superior que vota, eu tenho voto de qualidade no Conselho, apenas. Não é obra minha incluí-lo e nem retirá-lo da lista, não vamos tentar desvirtuar as coisas aqui!

Ele veio aqui na Assembléia Legislativa, lançou névoa sobre o Governo, estabeleceu dúvidas que foram aqui esclarecidas. Agora, se não satisfazem a sua convicção, paciência, Deputado. Eu tento aqui, com a melhor boa vontade, responder a todo o que V. Exa. me pergunta, objetivando as questões e não estabelecendo divagações, como ele veio, aqui.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Não vamos divagar. Simplesmente coloquei a V. Exa. porque o assunto é extremamente pertinente. Não era possível, efetivamente, tentar desqualificar ou elogiar, porque efetivamente ele é um profissional. Mas, não é esse o caso. Quero saber o seguinte de V. Exa.: esse contrato onera a COPEL (da CIEN) em aproximadamente mais de noventa milhões de reais por ano.

Quais serão as providências tomadas pela Procuradoria Geral do Estado?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Acho que o senhor deve dirigir essa pergunta ao Diretor Jurídico da COPEL e ao Diretor Financeiro também...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu só quero a resposta.

Não precisa ser V. Exa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Queria pedir ao Deputado Durval Amaral, que sempre foi bastante elegante aqui nesta Casa e inteligente, e queria dizer a verdade sem defender esse ou aquele. Quem provocou, foi o Deputado, dizendo que se a promoção do Bonaterra for barrada ele fará a denúncia.

Então, quero dizer, só para deixar claro, que a convocação foi por parte de V. Exa., Deputado, com todo respeito que tenho e sempre entendendo...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

O senhor convida, e quero até cumprimentá-lo pelo seu desprendimento e do Procurador. Mas temos que vir aqui como Deputado, dizer amém e ficarmos bem comportados? É isso que o senhor está querendo me dizer? Não podemos questionar, não podemos debater?

(Discussão no plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer um apelo, tanto ao Deputado Durval Amaral quanto ao Deputado Dobrandino. Isso não é matéria de discussão dessa convocação.

Por gentileza, a palavra está com o senhor.

O SR. ASSIS CORREIA

O assessoramento jurídico não cabe julgar se uma cláusula é válida. O que ele tem que fazer diante da escolha entre um litígio e o acordo - quando o acordo se revela muito melhor que a demanda - é examinar as possibilidades de sucesso de uma demanda, que poderia, se mal sucedida, levar à ruína a COPEL. Nós tínhamos elementos claros que a outra parte teria argumentação sólida para dizer que se tratava de uma importação. E na importação, não há restrição ao uso de moeda estrangeira. Havia, na licitação da ANEEL, no edital, cláusula de reajuste cambial. Portanto, não é verdadeiro que a ANEEL não aceitava o reajuste em dólar. O que a ANEEL não aceitava era o gatilho mensal. É o reajuste do preço em prazo inferior a um ano. E isso foi solucionado.

Agora, nós tínhamos oportunidade, vamos levar isso à Justiça e vamos discutir todo o contrato; se perdermos, vamos à ruína, se ganharmos, ganhamos muito pouco. O que poderíamos fazer? Elimina-se o reajuste cambial a partir do acordo e aceita-se antes, porque o reajuste cambial realmente não era injurídico. Nunca ouvi falar aqui que o reajuste cambial é injurídico. O reajuste cambial existe em situações específicas, em situações particulares com peculiaridades próprias. Então, não há superfaturamento. O preço foi calculado com o dólar até a data da renegociação. Dali em diante, adaptou-se aos índices estabelecidos pela ANEEL, ajustando-se a política que foi estabelecida pelo Ministério de Minas e Energia e que foi executada pela ANEEL.

Falo como advogado e como assessor da COPEL e estou lá para ver o que é melhor para a companhia sem me preocupar até com a eventual incoerência que tenha havido antes. Tínhamos que enfrentar uma demanda. E, com essa tese, o risco de insucesso era muito grande.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Os senhores, antes de anunciarem publicamente o contrato da CIEN não sabiam que o contrato era

legal e quase que defensável na Justiça? E pergunto mais antes de denunciar o acordo com as parcerias da COPEL. Os senhores não imaginam que iriam perder na Justiça?

Primeiro denunciaram, para depois ver que estavam errados juridicamente, que perderiam todas as ações na Justiça? Cometeram esse erro, que o senhor está me falando publicamente?

O SR. ASSIS CORREIA

Não! Estou dizendo o seguinte: o grande erro, o grande prejuízo que saiu desse contrato, para a COPEL era daquele excesso de compra. Compraram enorme quantidade de energia que não tinha aonde ser posta. E energia que não se estoca! Energia paga-se e joga-se fora! E não há um erro jurídico.

Não estou dizendo que não é possível sustentar a nulidade, estou dizendo que o risco de perder era grande e é isso que tem que ser avaliado. Nós não fomos fazer um contrato; fomos revisá-lo, fomos renegociá-lo.

Antes da renegociação, eu não sei se o senhor é advogado ou não, as partes que colocam as suas posições com veemência e as partes que procuram impressionar o adversário, para receber mais benefício que puder, como advogado e a COPEL tinha direito de fazer isso.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

O contrato se fosse reajustado pelo IGPM e, agora, com esse novo reajuste que não é dólar, mas também não é IGPM. Não sei, qual é o critério para chegar nesse valor?

O SR. ASSIS CORREIA

É o índice da ANEEL.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Quantos milhões a mais a COPEL disporia por ano, se o contrato tivesse sido reajustado no seco, pelo IGPM?

O SR. ASSIS CORREIA

Isso eu teria que pedir ao meu Diretor Financeiro para que respondesse.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço pela informação.

O SR. RONALD RAVEDUTTI

No início da minha apresentação eu mostrei que era impossível chegar a esse contrato a ser reajustado só pelo IGPM. Não havia nesse contrato, uma só linha que dissesse que ele teria que ser reajustado pelo IGPM.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Parâmetro.

O SR. RONALD RAVEDUTTI

O parâmetro nós podemos usar, só que o contrato não aceitava isso. Se nós pudéssemos rasgar o contrato, nós teríamos rasgado, evidentemente! Mas, o que me estranha muito, o questionamento que a COPEL está tendo bastante nesses últimos tempos a respeito desses contratos e Araucária e da CIEN, etc.

Esses contratos foram firmados na gestão passada e eu não vi uma voz levantar contra! Agora que estão menores e reduzidos...

Não estou entendendo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Da próxima vez o senhor se candidata a Deputado Estadual, ganha o mandato, aí o senhor vem questionar na Assembleia Legislativa.

O SR. RONALD RAVEDUTTI

Não estou questionando.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Se o senhor puder me responder: qual a diferença de IGPM para essa metodologia de prejuízo da COPEL em um ano?

O SR. RONALD RAVEDUTTI

Essa energia é importada, tem um índice fixado pela ANEEL, uma fórmula fixada de reajuste para esse tipo de energia, autorizado e legalizado na ANEEL, para que a COPEL possa pegar esse índice e repassar nos seus custos. O que havia antes era além da variação pura do dólar, uma variação posterior entre a maior e IGPM/dólar, gatilho cambial. Toda a vez que o dólar variasse acima de "x" por cento, disparava mensalmente, e inflação americana.

Por esses dois motivos: inflação americana e gatilho cambial, não a variação cambial, a ANEEL não reconhecia esses contratos.

A COPEL pagou esses contratos de maio a dezembro de 2002, sem poder colocar isso no seu custo, porque não estava reconhecida pela ANEEL.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, eu teria muitos assuntos e, de fato a presença do Procurador aqui na Casa, e tão seletivo corpo técnico da COPEL, levaria a inúmeros assuntos, mas acho que temos que aproveitar o tema à vinda do Bonaterra.

Primeiro, na época houve um pronunciamento de uma reunião interna do Partido, que provocou a sua convocação, aprovada por essa Casa.

Portanto, ele aqui compareceu e fez uma exposição e não nos compete dizer se ela foi longa ou curta, não nos compete quais foram os pontos de concordância ou não, mas compete aos Deputados, o Sr. Sérgio Botto já assim falou, que ao Governo também, pelos pontos exatos, se há pontos de veracidade ou não. O fato, também não nos compete qualificar aqui aqueles que nós convocamos, porque aprovamos a convocação, entendendo que seu depoimento seria importante. Louvar, também, a disponibilidade do Dr. Sérgio Botto, por iniciativa do nosso Líder do Governo, no sentido de aqui estar.

Lendo aquela extensa manifestação do Dr. Sérgio Botto, tem um ponto que me chamou a atenção. Não sei se seria o Dr. Sérgio Botto, somente quem deveria nos responder: todos sabem que aqui houve a CPI da COPEL. Compareceram inúmeros depoentes. E em relação à questão da parceria da COPEL com a iniciativa privada, em especial, parcerias em que a COPEL compunha esta sociedade de forma minoritária, um dos resultados daquela CPI foi uma lei aprovada por esta Casa, que impedia que a COPEL fizesse parcerias que não majoritárias. E também garantias de que para tal precisaria de autorização legal, o que me parece um pressuposto constitucional.

Uma das parcerias questionadas, não só na CPI, mas por ação popular, uma das polêmicas foi a ELEJOR, que já foi tratada aqui. Outra, foi a construção da Usina Foz do Chopim, parceria da COPEL com a DM. Foi objeto de ação popular. Julgada em primeira instância de forma desfavorável à parceria, apontando a sua nulidade, houve depois um julgamento pelo Tribunal de Justiça. E é o Procurador Bonaterra que nos informa oficialmente, ao Presidente desta Casa, e também fez rápida alusão no dia em que aqui esteve - e é preciso confirmar se verdadeiro ou não - por isso que disse que não nos importa qualificar se foi bela a exposição ou não, mas se foi verdadeira ou não.

Informa-nos o Procurador Bonaterra que, estando presente no Tribunal de Justiça para uma outra ação, fora julgado, no decorrer do tempo que lá estava, na segunda instância, esta parceria da DM com a COPEL; lá não estando presentes os advogados da COPEL.

Esta é uma primeira questão: se é verdadeiro ou não e em que condições se deu.

Depois, como Procurador exarou um parecer para a lei que a CPI da COPEL nos apontou e aprovamos, ele igualmente teria informado a V. Exa. que caberia recurso, segundo o Procurador Bonaterra. Caberia recurso, por quê? Porque se tratava também de matéria federal, questão de energia elétrica - não só do Direito Estadual - e questão de direito. Portanto, caberia um recurso ao Superior Tribunal Federal, instância superior.

Isso foi feito? Poderia ter sido feito? Se não foi, por que não foi?

Exatamente eram estas as questões, porque me parece que consultando o processo em tela, ele já transitou em julgado, já é matéria julgada...

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Posso lhe ajudar? Sua pergunta, tenho cópia dela aqui. Recebi, também, perguntas que V. Exa. recebeu, não sei de quem, para serem formuladas. Então, já que estamos com o tempo curto, posso ler a pergunta que V. Exa. tem para fazer, porque tenho todas elas aqui.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Procurador, tenho o máximo de respeito por V. Exa....

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Eu também, Deputado. Eu também.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Não lhe prolatei nenhuma ofensa, e V. Exa. está acabando de me interromper.

Apenas o seguinte: chamou-me a atenção, se há questões sendo formuladas, isto é uma questão menor. Tratemos do assunto. Sobre isto se trata a questão. A questão da parceria DM, procedimentos jurídicos, houve ausência de advogados da COPEL, se o governo ou a COPEL recorreram e se não recorreram, por quê?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Só quero externar uma posição.

Acho uma coincidência incrível eu ter perguntas em meu poder iguais às que V. Exa. está formulando e às que muitos outros Deputados formularam.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Houve por parte desta Casa a exigência que o Procurador Bonaterra remetesse, e assim o fez. Os documentos dos quais ele falava, eram públicos, que tinha em mãos.

A sinopse desses documentos trata da questão que ele tratou aqui mesmo.

Então vamos tratar do tema.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Com relação à questão DM. De fato, num dado momento, o Dr. Bonaterra formulou por escrito para mim a representação, dando conta de que neste julgamento a que V. Exa. se referiu, o advogado da COPEL não estaria presente.

Em primeiro momento, considero isso risível, porque não me consta aqui que ele seja corregedor da COPEL e nem da advocacia do Estado. Mas, não foi só isso que me foi formulado por ele. Também veio a reclamação a respeito de irregularidades na Fundação COPEL. Dinheiro em conta de banco privado. Isso versa sobre situações que são de domínio público. Já foram objetos de debate aqui. Qual foi o meu procedimento?

Contatei com o Dr. Assis Correia, primeiro por telefone, dando-lhe conta daquela formulação do Dr. Bonaterra. Indagando a ele qual era a veracidade daquilo, sobre a importância daquele julgamento, porque o juízo é

do Diretor Jurídico da COPEL. Remeti essa representação à COPEL, mas fui além: autorizei o Dr. Bonaterra, que não intervinha nessa ação popular, porque o Estado não é parte dessa ação popular, que recorresse da decisão do Tribunal de Justiça. Se o entendimento dele, jurídico, era de que a competência não era da Justiça Estadual, mas sim da Justiça Federal, ele foi por mim autorizado a embargar de declaração a decisão do Tribunal, de ela recorrer, independentemente da posição jurídica que a COPEL defendia.

Se ele fez isso ou não, não tenho conhecimento.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

De fato, o documento aqui entregue na Casa, cujo resumo é de posse dos Deputados e domínio público, trata de outras questões. Aplicações da Fundação COPEL e outros assuntos que não foram objeto de seu pronunciamento aqui.

Como se tratava da questão da parceria da COPEL com a DM, se tinha advogado, se há espaço para recurso, independente da vontade do Dr. Bonaterra.

O SR. ASSIS CORREIA

A tese de que é de competência da Justiça Federal, não se sustenta. É improcedente, e não me prestaria a sustentá-la em juízo e nem autorizaria a nenhum advogado sustentá-la.

Trata-se de direito societário, uma relação societária entre duas empresas que não têm nada a ver com a concessão, não têm nada a ver com a intervenção. Há decisões e mais decisões do STJ no sentido de que, para atrair a competência para Justiça Federal, há necessidade de um interesse imediato; é necessário que o ato praticado pela empresa se faça através da participação e do interesse direto da concessionária. A sócia desse empreendimento é a COPEL PAR que não é concessionária da ANEEL, nem é submetida à ANEEL, nem é geradora, nem distribuidora, nem transmissora. Então, não há a menor possibilidade de que vingue uma tese como essa, se a competência é da Justiça Federal.

Por mais que o Dr. Bonaterra entenda e esteja convicto disso, quem tinha que estar convicto é o corpo jurídico da COPEL que eu consultei, vim acompanhando e entende que não é possível, sob pena de levar uma multa no embargo da declaração, levantar uma tese dessas. Em relação ao mérito da questão, o Tribunal competente para isso já vem decidindo diversas causas e só em relação à COPEL decidiu a causa da ESCOELETRIC, a causa da Freidener, sempre no sentido de que a licitação é dispensável para escolha do parceiro, aliás, nós não escolhemos parceiro nenhum na Gralha Azul através de licitação e passou por todo departamento jurídico da COPEL, da Assembléia Legislativa, e ninguém questionou a necessidade de licitação. O Tribunal vem reiteradamente dizendo isso e o STJ também.

Há uma decisão no caso da PETROBRAS, em que a PETROBRAS constantemente tem feito parcerias e faz ainda hoje sem licitação para escolha do parceiro, porque isso não envolve compra e venda, isso não envolve situações em que se possa medir os aspectos societários. É preciso que a empresa que vai trabalhar esteja apta a contribuir com o empreendimento.

Enfim, do ponto de vista jurídico, a tese que estava sendo sustentada na ação popular era nulidade da constituição da sociedade por falta de licitação, e essa tese não tem se sustentado em nenhum Tribunal.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Só aquela questão inicial minha, Dr. Assis, o senhor sabe bem, pela sua tradição e pela sua competência: tinha advogados da COPEL ou...

O SR. ASSIS CORREIA

O advogado da COPEL sempre acompanhou a causa e vou mais: a sustentação oral, a prerrogativa do advogado dever ser usada com moderação, porque não podemos ir lá no Tribunal sustentar o que já é sabido por ele, em tribunal que já decidiu quatro, cinco vezes a mesma coisa, sabe como está entendendo, o entendimento não é discordando do que nós temos.

Enfim, acho que não podemos forçar um advogado a usar da sustentação oral sem moderação para criar um ambiente desfavorável para ele, mais tarde, no Tribunal, porque os juízes são obrigados a ouvir se você for sustentar, mas não é de boa educação o advogado ver a jurisprudência do Tribunal, conhecer que aquele entendimento é pacífico e manso, e ficar lá insistindo numa tese que não vai ser vencedora e nem era a tese da COPEL, porque nós entendemos que não é preciso licitação para escolha de parceiro. Nós entendemos e estamos fazendo isso ainda hoje.

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Só pediria, a fim de contribuir com V. Exa., para que o Dr. Assis relatasse se efetivamente encaminhou acórdão, porque eu não conheci essa questão.

O SR. ASSIS CORREIA

Eu encaminhei o acórdão quando saí, ao Procurador Geral, e disse expressamente: "eu não vou sustentar essa tese de que é competência da Justiça Federal, porque ela não tem sustentação."

Peça para o Dr. Bonaterra, que tem legitimidade para ingressar em qualquer fase do processo, em nome do Estado, e sustentar essa tese, porque a tese não tem fundamento nenhum!"

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Então, houve uma decisão em primeira instância no sentido de nulidade, como no seu entendimento não havia necessidade de licitação, a COPEL, eventualmente

seu advogado, dentro dessa linha, não se pronunciou, não disputou...

O SR. ASSIS CORREIA

Isso tem uma razão de ser, inclusive do ponto de vista da economia da COPEL.

A COPEL tem, junto com a Foz do Chopim, um contrato de compra e venda de energia e a COPEL tem um mútuo feito. Prevalece-se a prejudicialidade entre a execução desses instrumentos e essa ação popular.

Se prevalece em juízo a nulidade da constituição de sociedade, como é que íamos cobrar tributo, de quem? É tudo nulo! O contrato de compra e venda de energia era nulo, então nós íamos ter que resolver essas questões todas no bojo da liquidação de sentença dessa ação popular! Com a ação popular revertendo, como era previsível, porque o entendimento é manso e pacífico.

Nós agora estamos ajuizando as ações relativas ao PPA e o imediato para resolver essas questões. De tal modo, que não temos nenhuma situação em que prejudique a COPEL, porque essas ações iriam ficar esperando até mais um ano, mais dois anos, até que se decidisse nos Tribunais Superiores se a pessoa que contatou conosco é uma pessoa jurídica que existe ou não existe.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Às 17h00 tem uma Sessão Solene marcada, tem mais de quinhentas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho conhecimento disso, nobre Deputado e vou dar por encerrada a presente Sessão.

Peço escusas até para o Deputado Barbosa Neto que estava inscrito, Deputado Tadeu também, que ia questionar o Sr. Procurador sobre um assunto que não está na pauta.

Nós vamos convocar o Procurador na próxima ocasião para debater.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer, retirei o meu pedido de inscrição porque o assunto que gostaria de debater com o Procurador, não é o motivo da sua vinda aqui. Oportunamente nós o faremos, e faremos inclusive, Dr. Sérgio, através de um pedido de informações que acho mais oportuno.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Acho que está perfeitamente entendido, até porque a Comissão de Fiscalização e Controle vai ter a oportunidade, se eventualmente precisar ouvir o depoimento do Procurador Bonaterra e mesmo do

Procurador Geral, assim certamente a Comissão vai deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar aos Srs. Parlamentares que o Procurador Sérgio Botto me informava aqui, que ele tem uma série de perguntas que deveriam ser questionadas e por falta de tempo não foi possível, mas está à disposição para responder aos senhores parlamentares.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente. Só para encerrar, se pudesse deixar-me fazer uma única questão; não demora nem trinta segundos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a gentileza que seja rápido então, temos a Sessão Solene marcada para as 17h00 e já são 17h30; pediria a compreensão dos Srs. Parlamentares.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Ilustre Procurador, não sei se essa pergunta está no mesmo questionamento que V. Exa. diz possuir, mas eu pergunto: A proposta de construção de obras civis feitas pela TRIUNFO, para ela mesma e para as suas sócias, a COPEL e a PAINEIRAS, foi de aproximadamente 257 milhões e a Agência Estadual de Notícias, por informação direta do Sr. Benedito Pires, afirmou que a obra custará ao povo, agora que a COPEL é majoritária, a quantia de 480 milhões.

O ilustre Procurador tem conhecimento desses números? Se tem, pode explicar?

O SR. SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Não está no meu questionário Deputado e eu não sei nada a respeito desse assunto. Acho que V. Exa. pode buscar resposta a isso com a diretoria da própria ELEJOR ou à diretoria da COPEL. Não tenho como esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós transformamos o questionamento de V. Exa. ao Procurador Botto, estamos aqui com o Presidente da COPEL. V. Exa. pode entrar em contato posteriormente com o Dr. Rubens, que ele lhe passará as informações.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente será protocolada uma ação popular na Justiça Federal e nós teremos o prazer de inclusive encaminhar ao Procurador, tão logo ela seja protocolada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a presença do Dr. Sérgio Botto que veio a convite desta Casa, ao Dr. Rubens, Presidente da COPEL, Dr. Ronald Ravedutti, Diretor, Dr. Assis Cor-

reia, Chefe do Departamento Jurídico e todos os assessores da COPEL por esta Sessão que trouxe alguns questionamentos, algumas informações aos Srs. Parlamentares.

Não tenho dúvida nenhuma, Procurador Botto e Presidente Rubens, que todas as informações que foram solicitadas por esta Casa terão a resposta mais imediata possível para esclarecer os fatos aos Srs. Parlamentares e à população do Paraná.

Ordem do Dia:

Quero informar aos Srs. Parlamentares que a Ordem do Dia de hoje será transferida para a Sessão de amanhã.

Discussão/Votação

Requerimentos

Requerimentos n°s 796, 797 e 798, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Prejudicados.**

Requerimentos n°s 840 e 841, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral e Barbosa Neto, constantes do expediente. **Prejudicados.**

Dentro de cinco minutos teremos a sessão em homenagem ao Dr. Nivaldo Krüeger.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 600/2003, 309, 381, 414/2004, 014, 016/2005, do Projeto de Lei Complementar n° 018/2005 e dos de Lei n°s 036, 059, 065 e 104/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 184/2004, 79 e 084/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 032, 033, 046, 054 e 101/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 062/2004, 029, 044, 068, 107, 120, 124, 145 e 110/2005.

Lembro ainda aos Srs. Deputados quanto à Sessão Solene em comemoração ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, editada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, a realizar-se quarta-feira, dia 13, às dezesseis horas e trinta minutos.

Levanta-se a Sessão.